

# Anais

**5º Fórum Prisão, Universidade e Comunidade**

**e**

**3º Fórum Regional de Conselhos da Comunidade  
da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul**



# Anais

**5º Fórum Prisão, Universidade e Comunidade**  
e

**3º Fórum Regional de Conselhos da Comunidade  
da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul**

**25 e 26 de setembro de 2024**

## **Realização**

**No âmbito da Universidade Católica de Pelotas - UCPel:**

GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários

Curso de Graduação em Direito

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Linha de Pesquisa: Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça

**No âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS)

Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)

Escola do Serviço Penitenciário (ESP)

5ª Delegacia Penitenciária Regional (5ª DPR)

## **Apoios**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Projeto “Qualificação das Políticas Penais na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul” PROEXT-  
-PG, Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 1, de 08 de novembro de 2023, Processo - 88881.926856/2023-01

Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas

## **Coordenação Geral**

Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel / GITEP)

Elis Letícia Coimbra (SSPS)

Carine Dias (Susepe / DTP)

Morenídia Henriques Silveira (Susepe / ESP)

Suleima Gomes Bredow (Susepe / 5ª DPR)

## **Comissão de Apoio Executivo:**

Christiane Russomano Freire / Cristiane Beil Hartwig / Eduarda Ross da Cruz /  
Flávia Giribone Acosta Duarte / Franciele Costa da Silva / Lara Botelho Crochi /  
Leonardo Euler Oliveira Alves/ Maisa Murias Jardim / Marina Nogueira Madruga

## **Produção editorial do Anais:**

Luiz Antônio Bogo Chies

**ISBN - 978-65-01-29168-0**

## Sumário

<b>4</b>	<b>Os eventos</b>
<b>5</b>	<b>Programação</b>
<b>7</b>	<b>Resumos dos trabalhos da Mostra de Pesquisas</b>
<b>29</b>	<b>Resumos dos trabalhos da Mostra de Boas Práticas no âmbito da Susepe</b>
<b>62</b>	<b>Índice de Resumos</b>
<b>64</b>	<b>Índice de Autoras e Autores de Resumos</b>

## Os eventos

Em sua quinta edição, o Fórum Prisão, Universidade e Comunidade, e o Fórum Regional de Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, em sua terceira edição, foram realizados no âmbito das ações do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Secretaria dos Sistemas Penal Socioeducativo (SSPS), com a interveniência da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), da Escola do Serviço Penitenciário (ESP) e da 5ª Delegacia Penitenciária Regional (5ª DPR), com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), esta através do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP). Os eventos também integram as ações do Projeto “Qualificação das Políticas Penais na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul”, desenvolvido no âmbito da UCPel com a participação do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e do Mestrado Profissional em Saúde no Ciclo Vital. Trata-se de projeto financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através do PROEXT-PG, Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 1, de 08 de novembro de 2023, Processo - 88881.926856/2023-01.

Caracterizam-se como eventos que têm como principal objetivo favorecer, fortalecer e qualificar as Políticas Penais e os Serviços Penais através da articulação em rede de entes e atores do Estado e da Sociedade Civil.

Nesse sentido, com a temática eixo “Saúde dos Servidores Penitenciários”, incluíram em suas programações, além de palestras e painéis referentes a temas atuais e relevantes para a atuação dos órgãos da execução penal - em especial os Conselhos da Comunidade - e das Instituições de Ensino Superior (IES), painéis que se orientaram pela visibilização de pesquisas e ações já em curso nos ambientes prisionais, ou em relação com esses, além de fomentar a mobilização em Rede das IES presentes, favorecendo a potencialização de suas ações e demandas.

## Programação:

### **Dia 25 de setembro de 2024 – quarta-feira**

8h30min – Credenciamento/recepção

9h30min – Mesa de abertura

Professor Demócrito Francisco Primo dos Santos, representando o Magnífico Reitor da Universidade Católica de Pelotas, Dr. José Carlos Pereira Bachettini Junior

Chefe de Divisão do Departamento de Políticas Penais, Letícia Coimbra, representando o Secretário de Sistemas Penal e Socioeducativo, Luiz Henrique Viana

Superintendente Ajunta, Deisy Vergara Petrucci, representando o Superintendente dos Serviços Penitenciários, Mateus Schwartz

Vice-diretor Matheus Vieceli Pereira, representando o Diretor da Escola do Serviço Penitenciário do RS, Felipe Schuster Vieira

Delegado da 5ª Região Penitenciária - Policial Penal Fábio Rosa dos Santos

10h30min – Palestra 1: Dispositivo punitivo e os 7 erros sobre as prisões no Brasil.

Palestrante: Dr. Luiz Cláudio Lourenço (UFBA)

Coordenador/Mediador: Luiz Antônio Bogo Chies

14h – Painel 1: A questão da Saúde dos Servidores Penitenciários

Painelistas:

Sara Reis - SENAPPEN

Pablo Borges de Moura - Susepe

Coordenadora/Mediadora: Morenídia Henriques Silveira

15h30min – Painel 2: A Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) e a conexão Prisão, Universidade e Comunidade

Painelista:

Claudenir dos Santos- Editor RBEP

Coordenadora/Mediadora: Suleima Gomes Bredow

16h30min – Painel 3: O Poder Judiciário, as Políticas Penais e os Conselhos da Comunidade

Painelistas:

Bruno de Lamare - Juiz Corregedor GMF /TJRS

Afonço Carlos Bierhals - Juiz Titular VEC - Regional Pelotas

Coordenadora/Mediadora: Christiane Russomano Freire

18h – 3ª Fórum Regional de Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do RS

Painelistas:

Julia Estela Heling - Conselho da Comunidade da Comarca de Pelotas

Luiz Antônio Bogo Chies - Fórum Permanente dos Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do RS

**Dia 26 de setembro de 2024 – quinta-feira**

9h30min – Painel 4: Mostra de Pesquisas

Painelistas:

Júlia Thaís Berlt - A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES-PRESAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO

Rafaela Beltrami Moreira - ACESSO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Nicole Oliveira Alves - ANÁLISE DA TIPOLOGIA FAMILIAR COMO UM ASPECTO CONTRIBUINTE AO DESENVOLVIMENTO DA CONDUTA ANTISSOCIAL

Suellen Flôres Machado - MÃES ENCARCERADAS: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE E DO RELACIONAMENTO MÃE-FILHO NO CÁRCERE

Patrícia Richter Giacomin - LEITURAS DO CÁRCERE: A REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA EM DOIS PRESÍDIOS FEMININOS DO RS

Jardélia Rodrigues de Sá - CAMINHOS DE LIBERDADE: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA "ESCOLA DO MANICÔMIO" NO INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE

O IMPACTO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS PENAIIS DO RIO GRANDE DO SUL (Daiane Kist Back, Nenguirú Lucas Martins, Lia Gonçalves Possuelo)

Coordenadora/Mediadora: Flávia Giribone Acosta Duarte

13h30min – Painel 5: Mostra de Boas Práticas no âmbito de ações da Susepe

Mircele Massirer Rodrigues da Silva - AÇÕES DE TRATAMENTO PENAL E A INTERSETORIALIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL

Cristian Ericksson Colovini - AÇÕES DE ACOLHIMENTO NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Pablo Borges de Moura - O ATENDIMENTO AO SERVIDOR PENITENCIÁRIO NO RS: UMA HISTÓRIA DE MAIS DE 20 ANOS

Gabriela Pereira Di Muro - "OS GURIS DA FACULDADE": ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA, NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS

Letícia Freitas - O TRABALHO PRISIONAL EM APOIO AO MUNICÍPIO DE PELOTAS DURANTE A ENCHENTE DE 2024

Iana Patrícia Pandolfo - CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NOS PRESÍDIOS ESTADUAIS DE CERRO LARGO E SANTO CRISTO

Coordenadora/Mediadora: Franciele Costa da Silva

**Durante toda a programação:**

Mostra de Pesquisas e de Boas Práticas no âmbito da Susepe/RS - Banners

## Resumos dos trabalhos da Mostra de Pesquisas

### Listagem dos trabalhos apresentados

A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES PRESAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO (Júlia Thaís Berlt; Silvio Erasmo Souza da Silva)

ACESSO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (Rafaela Beltrami Moreira; Bruno Rotta Almeida)

ROSMARINUS OFFICINALIS NA REDUÇÃO DE SINTOMAS DE TRANSTORNO MENTAL COMUM EM PESSOAS PRESAS E SERVIDORES (Shirlei Sztormowski)

DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS EM ESFERA PENAL (Mariana Chini; Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth; Marcus Alan de Melo Gomes)

AValiação DE ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E CRIMINALIDADE (Nicole Oliveira Alves; Márcia Elisa Jager)

ANÁLISE DA TIPOLOGIA FAMILIAR COMO UM ASPECTO CONTRIBUINTE AO DESENVOLVIMENTO DA CONDUTA ANTISSOCIAL (Nicole Oliveira Alves; Márcia Elisa Jager)

MÃES ENCARCERADAS: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE E DO RELACIONAMENTO MÃE-FILHO NO CÁRCERE (Suéllen Flôres Machado; Cristina Saling Krue)l)

ENTRE GRADES E AFETOS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA MATERNIDADE NO CÁRCERE (Suéllen Flôres Machado; Cristina Saling Krue)l)

CAMINHOS DE LIBERDADE: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA "ESCOLA DO MANICÔMIO" NO INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE (Jardélia Rodrigues de Sá)

O IMPACTO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS PENAIIS DO RIO GRANDE DO SUL (Daiane Kist Back, Nenguirú Lucas Martins, Lia Gonçalves Possuelo)

QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA POR SERVIDORES DA POLÍCIA PENAL DO RIO GRANDE DO SUL (Pablo Moura, Daiane Kist Back, Lia Gonçalves Possuelo)

## **A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES PRESAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO**

Júlia Thaís Bertl<sup>1</sup>  
Silvio Erasmo Souza da Silva<sup>2</sup>

O presente estudo teve como objetivo verificar a existência de práticas capazes de proporcionar a ressocialização das mulheres privadas de liberdade do Presídio Estadual Feminino de Rio Pardo. Dessa forma, para a consecução da pesquisa fez-se necessário o seguinte questionamento: dado o contexto histórico e atual das penitenciárias femininas brasileiras, pode-se vislumbrar a existência de práticas capazes de proporcionar a ressocialização das mulheres privadas de liberdade do Presídio Estadual Feminino de Rio Pardo, através do trabalho desenvolvido pelos funcionários do estabelecimento prisional? Para responder ao problema central a pesquisa é estruturada a partir de três objetivos específicos: descrever a evolução do sistema prisional feminino e a finalidade da pena, assim como apresentar a situação das mulheres presas no sistema prisional gaúcho e os crimes de maior incidência praticados por elas e por fim, verificar a possibilidade de ressocialização das mulheres presas no Presídio Estadual Feminino de Rio Pardo, através do trabalho desenvolvido pelos funcionários do estabelecimento prisional. Nesse ínterim, utilizou-se do método de abordagem dedutivo, assim como, do método de procedimento histórico e monográfico e da técnica de pesquisa bibliográfica, documental e da coleta de dados, através da aplicação de questionários anônimos do Google aos funcionários do estabelecimento prisional. Assim sendo, conclui-se que existem boas práticas no Presídio Estadual Feminino de Rio Pardo, capazes de contribuir para a ressocialização e consequentemente reinserção das privadas de liberdade na sociedade após o cumprimento de suas penas.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Direito na Faculdade Dom Alberto de Santa Cruz do Sul; e-mail: julia.tb7@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Curso de Direito da Faculdade Dom Alberto; Mestre em Direito; E-mail: silvioessilva@gmail.com.

## ACESSO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Rafaela Beltrami Moreira<sup>1</sup>  
Bruno Rotta Almeida<sup>2</sup>

A pesquisa parte do problema consistente em apurar como se dá o acesso à profissionalização na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul a partir de uma perspectiva crítica de reintegração social. Justifica-se pela sua afetação social, pois tem como intenção projetar suas reflexões sobre um grupo social marginalizado e vulnerabilizado: as pessoas privadas de liberdade no Brasil. O método empregado é o dedutivo. Aplicaram-se questionários e realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 37 pessoas, envolvendo integrantes do quadro administrativo prisional e pessoas presas (homens e mulheres). Identificou-se quais atividades são ofertadas, a forma de realização e a sua repercussão. Os respondentes, em uníssono, afirmaram a importância do acesso à profissionalização. Notou-se a presença de nuances e especificidades que envolvem as diferenças de gênero, as quais devem ser consideradas e valoradas na elaboração de políticas públicas voltadas à profissionalização. Observa-se que o acesso à profissionalização é de tímida existência e que não há falta de interesse da gestão dos estabelecimentos prisionais ou das pessoas privadas de liberdade. Há, no entanto, carências estruturais, financeiras e comunitárias. Os resultados obtidos foram analisados a partir de uma perspectiva crítica, alicerçada na doutrina de Alessandro Baratta, Luigi Ferrajoli, Iñaki Rivera Beiras e Eugenio Raúl Zaffaroni, dialogando com as funções da pena e a história da pena de prisão no Brasil. Visou-se à consolidação de uma ideia de reintegração apesar e para além da prisão, lastreada em acolhimento da pessoa presa como sujeito de direitos, pela garantia dos direitos fundamentais (principalmente os direitos sociais) e minimização dos efeitos deletérios do cárcere. Atua, assim, na valorização dos direitos e na correção das condições de exclusão social prévias e concomitantes ao cárcere. Conclui-se que o acesso à profissionalização dentro das prisões é vital para a libertação individual, mas a sua concretização fora do cárcere é mais indicada e impulsiona com maior força o efetivo desencarceramento. Como parceiros nesse processo de abertura das prisões, as Prefeituras, as Universidades e o Sistema S apresentam-se como entidades com grande potencial. Não se despreza a utilização do ensino à distância e do monitoramento eletrônico, no entanto, a aplicação de medidas imediatas como essas deve ser acompanhada de propostas de meios dignos à sua efetivação e da sua própria superação, em

---

<sup>1</sup> Mestre; Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; e-mail rafaela.bmoreira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutor; Professor da Universidade Federal de Pelotas; Programa de Pós-Graduação em Direito; e-mail bruno.ralm@yahoo.com.br

prol de medidas desencarceradoras. Consta-se que políticas penais de acesso à profissionalização precisam contemplar 10 vértices: escuta ativa e permanente das pessoas privadas de liberdade; conteúdo multidisciplinar; articulação entre os entes federativos e demais entidades envolvidas com o sistema prisional; dotação orçamentária específica; obras de infraestrutura e adequação do *staff*; desburocratização de processos; engajamento de entidades educacionais públicas e privadas; abertura da prisão, em manutenção dos vínculos sociais e afetivos; flexibilização dos regimentos para o regime fechado e da fiscalização; e alternativas de realização fora da prisão.

## ROSMARINUS OFFICINALIS NA REDUÇÃO DE SINTOMAS DE TRANSTORNO MENTAL COMUM EM PESSOAS PRESAS E SERVIDORES

Shirlei Sztormowski<sup>1</sup>

Introdução: Os transtornos mentais comuns (TMC) apresentam diversos sintomas, como irritação, ansiedade, dificuldade para dormir e dificuldade de concentração, que duram cerca de 7 dias, e nem sempre são identificados precocemente, podendo se transformar em doenças mais graves, como depressão, ansiedade e transtorno do humor. A literatura apresenta o uso do alecrim como forma de tratamento de doenças físicas e mentais. O objetivo deste estudo foi avaliar os efeitos de tratamentos com diferentes doses de extrato de alecrim (*Rosmarinus officinalis*) sobre sintomas de Transtornos Mentais Comuns em pessoas presas e servidores penitenciários. Existem poucos estudos com fitoterápicos nesta população prisional, bem como estudos com práticas integrativas. Métodos: Este é um ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado por placebo. A intervenção foi realizada com doses de extrato de alecrim de 100, 500 e 1000 mg dia-1 em grupos compostos por 10 participantes cada, durante 3 meses. Um questionário de auto relato de 20 itens (SRQ-20) foi utilizado para avaliar a presença destes Transtornos Mentais Comuns. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sob o número 4.973.589, e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola dos Serviços Penitenciários. Referencial Teórico: Foi encontrado um número significativo de sujeitos com Transtornos Mentais Comuns na população avaliada (37,20% no início da pesquisa). Segundo a Organização Mundial da Saúde, não é apenas a ausência de doenças que deve ser considerada para confirmar que uma pessoa está saudável, mas um estado de integralidade, que considera um estado de completo bem-estar físico, mental e social. A saúde mental não está associada apenas à ausência ou presença de sofrimento psíquico ou alterações mentais, mas também a fatores biológicos, psicossociais, culturais e econômicos, entre outros. Muitos sintomas avaliados no presente estudo são característicos de desconfortos físicos e mentais, como dor de cabeça e de estômago, má digestão, tremores nas mãos, nervosismo, má qualidade do sono e fadiga, enquanto outros são sintomas psicológicos, como tristeza, dificuldades no trabalho e na tomada de decisões, insatisfação diária e até mesmo se assustar facilmente. O ambiente prisional pode afetar a saúde física e mental de quem nele reside ou trabalha, como mostram os resultados encontrados no presente estudo. A rotina de trabalho dos servidores penitenciários

---

<sup>1</sup> Mestre; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Programa de Pós-graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade; e-mail: Shirlei-sztormowski@susepe.rs.gov.br

e o estado de confinamento dos presos são condições que podem desencadear os referidos sintomas devido ao constante estado de tensão e riscos a que estão submetidos. Resultados: Os tratamentos com extrato de alecrim nas doses de 500 e 1000 mg dia-1 apresentaram resultados estatisticamente significativos na redução dos sintomas de Transtornos Mentais Comuns quando comparados aos encontrados no início da pesquisa. Conclusão: O uso do extrato de alecrim foi eficaz na redução dos Transtornos Mentais Comuns nos servidores penitenciários e encarcerados avaliados, principalmente quando utilizado nas doses de 500 e 1000 mg dia-1, e apresentou segurança, pois os participantes não apresentaram efeitos colaterais. Nesse sentido, o uso do alecrim como complemento de terapias para tratamento de sintomas relacionados ao sofrimento psíquico é viável e recomendado.

## DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS EM ESFERA PENAL

Mariana Chini<sup>1</sup>  
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth<sup>2</sup>  
Marcus Alan de Melo Gomes<sup>3</sup>

Trata-se de pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Projeto de Pesquisa no âmbito do Edital no 16/2020 do Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses (Procad-Capes), investigando-se a temática da monitoração eletrônica de pessoas e dados pessoais de sujeitos monitorados, na delimitação quanto a seu compartilhamento em âmbito penal no Brasil. A problemática consistiu em questionar se a criação e integração entre bancos de dados na monitoração eletrônica em âmbito penal no Brasil deve ser considerada uma proposta violadora do Direito à Proteção de Dados Pessoais, ou pode ser caracterizada como um instrumento eficaz para garantir eficiência, efetividade e economicidade nas políticas de Segurança Pública nesta seara. Propuseram-se duas hipóteses preliminares, uma no sentido de que tal criação e integração entre bancos de dados fere a Emenda Constitucional no 115, consistindo em evidente violação ao Direito à Proteção de Dados Pessoais, e outra no sentido de que com tal disposição é possível que se diminua o compartilhamento irregular de informações entre instituições e se mantenham relatórios permanentes de acesso e distribuição dos dados, de modo a evitar violações ao Direito à Proteção de Dados. Por meio de metodologia cartográfica (embasada na teoria esquizoanalítica proposta por Deleuze e Guattari e utilizada em contexto jurídico por Luis Alberto Warat), contando com método de abordagem quali-quantitativo, levantando-se dados e informações através de pesquisa bibliográfica, legislativa, documental e empírica (mediante entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas, junto à monitorados eletronicamente pelo Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 4ª Região Penitenciária da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul) -, constituiu-se investigação exploratória, com natureza aplicada, a partir da qual observou-se a realidade brasileira, dispondo-se diálogo em intersecção Sul-Norte (entre os Estados do Rio Grande do Sul e do Pará) em recorte temporal voltado ao triênio 2021-2023. Ao longo da investigação constituiu-se - em conjunto com os

---

<sup>1</sup> Doutora; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; PPG Direitos Humanos; E-mail: mar.chini@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor; Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; PPG Direitos Humanos; E-mail: madwermuth@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor; Universidade Federal do Pará; PPG Direito e PPG Segurança Pública; E-mail: marcusalan60@hotmail.com

monitorados eletronicamente - um mapeamento da utilização da tecnologia, concluindo-se que as hipóteses aventadas hibridizam-se, à medida em que a criação e integração entre bancos de dados na monitoração eletrônica em âmbito penal no Brasil, não necessariamente fere - por si só - a Emenda Constitucional no 115, mas tem o potencial para fazê-lo quando adotada de modo irrefletido e não regulamentado, consistindo em violação ao Direito à Proteção de Dados Pessoais, tanto de monitorados quanto de pessoas em sua rede de convivência. Todavia, tal criação e integração de bancos de dados pode auxiliar na diminuição do compartilhamento irregular de informações entre instituições, mantendo-se relatórios permanentes de acesso e distribuição dos dados, de modo a evitar violações ao Direito à Proteção de Dados, garantindo maior eficiência, efetividade e economicidade nas políticas de Segurança Pública, desde que o enfoque da criação e utilização não esteja voltado à um ideal de Tecnologização do Humano (enquanto crença fundamentalista de que a tecnologia é a única solução aos problemas humanos), mas sim a um horizonte de Humanização de Tecnologias (enquanto construção e utilização de novas técnicas de modo humanizado e responsável).

## **AVALIAÇÃO DE ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E CRIMINALIDADE**

Nicole Oliveira Alves<sup>1</sup>  
Márcia Elisa Jager<sup>2</sup>

Este resumo apresenta os resultados encontrados no Trabalho Final de Graduação da primeira autora e orientado pela segunda, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa no Sistema Penitenciário e no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Franciscana. O objetivo geral da pesquisa foi compreender os aspectos associados à formação da personalidade em homens adultos em privação de liberdade no presídio de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul e sua relação com a criminalidade. A partir da pergunta problema "quais os fatores que levam um indivíduo a ter condutas antissociais e cometer crimes?" formulou-se a justificativa do estudo referente a contribuição acadêmica e prática de estratégias preventivas à criminalidade. O delineamento metodológico utilizado foi a pesquisa qualitativa - exploratória, a partir do estudo de casos múltiplos. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o "Questionário de Esquemas de Young" e o "Inventário Parental de Young". As respostas aos instrumentos foram analisadas de forma integrativa. Participaram do estudo cinco sujeitos do gênero masculino que encontravam-se em privação de liberdade em um Presídio Regional do interior do estado do Rio Grande do Sul no período de março a abril de 2024. A coleta de dados ocorreu de forma individual, sendo realizados dois encontros para a aplicação dos instrumentos com duração média de uma hora cada. Os resultados obtidos foram analisados a partir do modelo conceitual de formação da personalidade desenvolvido por Jeffrey Young e de autores reconhecidos no estudo da criminalidade. Os dados foram categorizados entre os domínios esquemáticos, sendo considerados apenas aqueles que se repetiram entre os participantes. Na categoria desconexão e rejeição foram identificados os esquemas de abandono/instabilidade, desconfiança/abuso e isolamento social/alienação. Em autonomia e desempenho prejudicados percebeu-se a presença dos esquemas de vulnerabilidade ao dano e à doença e emaranhamento/self subdesenvolvido. No domínio de limites prejudicados notou-se a presença do esquema de arrogos/grandiosidade. No domínio de direcionamento ao outro foram caracterizados os esquemas de auto sacrifício e subjugação. Também foram identificados esquemas de negativismo/pessimismo, inibição emocional, padrões inflexíveis e postura punitiva no domínio de supervigilância e inibição. A partir dos resultados encontrados evidenciou-se a influência de fatores biopsicossociais na for-

---

<sup>1</sup> Graduanda; Universidade Franciscana; Discente do Curso de Psicologia; E-mail: Nicole.oliveiraaa.alves@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora; Universidade Franciscana; Docente do Curso de Psicologia. E-mail: Marcia.jager@prof.ufn.edu.br.

mação da personalidade dos indivíduos, sendo possível defini-la como um aspecto etiológico da conduta criminosa. Entende-se que características familiares e de relacionamentos sociais, o ambiente de desenvolvimento, questões genéticas - como o temperamento - e a satisfação de necessidades emocionais básicas atuaram de forma semelhante na vida dos entrevistados, influenciando suas condutas criminosas. Dessa forma, pode-se supor que os participantes não tiveram atendidas suas necessidades emocionais básicas de vínculos seguros, estabilidade, afeto, segurança, pertencimento, autonomia, senso de identidade e limites realistas. Assim como as necessidades de liberdade de expressão e a validação de necessidades e emoções, sendo considerada também a expressão emocional legítima e o entendimento de padrões realistas. Concluiu-se que o não suprimento destas necessidades atrelados aos fatores biopsi-cossociais puderam tornar os sujeitos entrevistados vulneráveis à conduta criminosa.

## ANÁLISE DA TIPOLOGIA FAMILIAR COMO UM ASPECTO CONTRIBUINTE AO DESENVOLVIMENTO DA CONDUTA ANTISSOCIAL

Nicole Oliveira Alves<sup>1</sup>  
Márcia Elisa Jager<sup>2</sup>

Este resumo busca refletir sobre a influência da família e vínculos parentais na etiologia e desenvolvimento da criminalidade a partir de um recorte dos dados obtidos no Trabalho Final de Graduação da primeira autora e orientado pela segunda aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa no Sistema Penitenciário e no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Franciscana em 2024. A partir do problema de pesquisa “quais os fatores que levam um indivíduo a ter condutas antissociais e cometer crimes?” a justificativa do estudo fundamentou-se na contribuição de intervenções preventivas a conduta antissocial. O trabalho teve o objetivo geral de compreender os aspectos associados à formação da personalidade em homens adultos em privação de liberdade no presídio de uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul e sua relação com a criminalidade. Utilizou-se o delineamento de pesquisa qualitativa - exploratória a partir do estudo de casos múltiplos. Aplicaram-se os instrumentos “Questionário de Esquemas de Young” e “Inventário Parental de Young” em cinco sujeitos do gênero masculino que encontravam-se em privação de liberdade em um Presídio Regional do interior do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos foram analisados a partir do modelo teórico de desenvolvimento da personalidade de Jeffrey Young e de autores importantes no âmbito da criminalidade. A aplicação dos instrumentos permitiu entender de forma clara aspectos caracterológicos das famílias e ambiente de origem dos participantes, bem como destacaram a etiologia dos esquemas iniciais desadaptativos que foram identificados. Percebeu-se que os participantes vivenciaram a perda de figuras de cuidado entre a infância e a adolescência. As causas do afastamento tiveram variação entre falecimento, divórcio ou adoção. Suas relações familiares foram caracterizadas como emaranhadas e os cuidadores pareciam excessivamente superprotetores. Além disso, os participantes destacaram que os pais os supervalorizaram em detrimento de outras pessoas em diferentes contextos, sugerindo-lhes uma condição de superioridade em relação aos pares. Observou-se também, a partir do relato dos participantes, que as relações familiares eram permeadas pelo condicionamento de amor/carinho a certos comportamentos desejáveis socialmente. Ao mesmo tempo, a família foi caracterizada como extremamente rígida, regrada e rigorosa com padrões de comportamento bem definidos (“certo e errado”). O impacto dessa tipologia familiar, atrelado aos fatores biop-

---

<sup>1</sup> Graduanda; Universidade Franciscana; Discente do Curso de Psicologia; E-mail: Nicole.oliveiraaa.alves@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora; Universidade Franciscana; Docente do Curso de Psicologia. E-mail: Marcia.jager@prof.ufn.edu.br.

sicossociais - genética/temperamento, relações interpessoais, ambiente de desenvolvimento - pode explicar os motivos pelos quais os participantes frequentemente sentiam dificuldade em entender suas próprias vontades, tornando-se pessoas dependentes de figuras de referência. Da mesma forma, podem explicar a vivência de sentimentos de abandono e rejeição por parte destes cuidadores, desenvolvendo a sensação de falta de apoio emocional, vínculo seguro e sensação de proteção, já que o ambiente tornou-se perceptível aos participantes como imprevisível e invalidante. Concluiu-se que as habilidades de autogerenciamento, tomada de decisão, comunicação e desenvolvimento de relacionamentos interpessoais saudáveis, a capacidade de lidar com responsabilidades, bem como o controle de impulsos parecem não terem sido desenvolvidas de forma satisfatória nos participantes, sugerindo, então, uma maior vulnerabilidade à prática da conduta antissocial.

## MÃES ENCARCERADAS: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE E DO RELACIONAMENTO MÃE-FILHO NO CÁRCERE

Suellen Flôres Machado<sup>1</sup>  
Cristina Saling Kruehl<sup>2</sup>

Este estudo investigou a experiência da maternidade e do relacionamento mãe-filho em mulheres encarceradas, por meio de uma pesquisa qualitativa. O problema de pesquisa foi “qual é a experiência da maternidade e do relacionamento mãe-filho em mulheres encarceradas?”. Trata-se de um estudo realizado com 10 mulheres-mães reclusas em um Presídio Regional no Rio Grande do Sul no período entre maio e junho de 2024. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e codificados por meio do software Nvivo. A compreensão das particularidades do cárcere feminino no Brasil pode contribuir para a criação de políticas, espaços e suportes adequados para mães e filhos. Observou-se que apenas quatro participantes receberam visitas de seus filhos. P9 recebeu apenas uma visita de seu filho de 12 anos; P2 recebeu uma visita de seus dois filhos mais novos; e P3 recebeu uma visita de seu filho mais novo. Apenas P5 conseguiu encontrar todos os seus filhos em visitas na prisão. Constatou-se que as visitas das crianças são incertas e repletas de dificuldades logísticas e burocráticas, de forma que as presas não possuem previsão de novas visitas. Assim, as mães precisam encontrar alternativas para se comunicar com seus filhos e receber notícias. P3 envia cartas e recados para a ex-sogra para saber sobre a filha; P7 e P8 recebem notícias dos filhos através de suas próprias mães durante as visitas na prisão; P9 envia e recebe cartas e desenhos dos filhos, encaminhados pela sua mãe durante visitas semanais. P5 teve direito a uma ligação, e P6 recebe notícias dos filhos mais novos através do advogado, além de ter tido direito a ligações no passado. P1, P4 e P10 não recebem notícias dos filhos. Três mulheres expressaram desejo de permanecer com seus filhos dentro do ambiente prisional, enquanto outras manifestaram desejo de receber visitas das crianças. A detenta P3 permaneceu 10 meses com a sua filha em uma penitenciária e mencionou o desejo de permanecer mais tempo com a filha no cárcere. P6 optou por não receber visita dos filhos, acreditando que o presídio não é o local ideal para eles. Já a detenta P9, gostaria de receber os seus filhos, mas sua mãe acredita que seria torturante para as crianças, optando por não levá-las ao presídio. P3, P5 e P7 mencionaram com tristeza que os filhos não as reconhecem como mães, passando a visualizar a figura materna nas avós,

---

<sup>1</sup> Graduanda; Universidade Franciscana - UFN; Curso de Psicologia; suellenfloresmachado@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora; Universidade Franciscana - UFN; Curso de Psicologia e PPG Saúde Materno Infantil; cristinakruehl@prof.ufn.edu.br

que são as atuais cuidadoras. Observa-se que o encarceramento impõe barreiras significativas ao relacionamento entre mães e filhos, devido a dificuldade de visitas e a necessidade de comunicação alternativa, impactando diretamente a identidade materna e o vínculo afetivo. A totalidade das participantes incluíram os filhos em seus planos para o futuro, almejando recomeçar suas vidas, trabalhar e retomar o contato e o convívio com os filhos. Evidenciou-se a profundidade do impacto do encarceramento na relação mãe-filho. As narrativas destacam a luta das mães para manterem os vínculos afetivos em meio a um sistema que muitas vezes impede o contato direto e significativo com os filhos. As dificuldades logísticas e burocráticas das visitas, combinadas com a necessidade de comunicação alternativa, revelam um cenário de constante luta pela manutenção dos laços familiares. Além disso, a percepção das crianças de outras figuras como maternas sublinha a desconstrução da identidade materna que ocorre durante o encarceramento.

## ENTRE GRADES E AFETOS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA MATERNIDADE NO CÁRCERE

Suellen Flôres Machado<sup>1</sup>  
Cristina Saling Kruehl<sup>2</sup>

Este estudo investigou os aspectos psicológicos envolvidos na experiência da maternidade e no relacionamento mãe-filho em mulheres encarceradas, por meio de uma pesquisa qualitativa. O problema de pesquisa foi “quais são os aspectos psicológicos envolvidos na experiência da maternidade e no relacionamento mãe-filho em mulheres encarceradas?”. Trata-se de um estudo realizado com 10 mulheres-mães reclusas em um Presídio Regional no Rio Grande do Sul no período entre maio e junho de 2024. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e codificados por meio do software Nvivo. O entendimento das consequências do envolvimento com o crime e com a privação de liberdade pode ajudar a levar em consideração a subjetividade e as necessidades individuais das detentas que são mães, visando novas políticas com vistas à proteção da relação mãe-filho. Todas as participantes relataram sentimentos de tristeza devido à separação de seus filhos. As mães que recebem visitas dos filhos sentem uma tristeza adicional ao término de cada encontro. P3 e P5 demonstraram sentimentos de tristeza por não serem reconhecidas como mães pelos seus filhos. A saudade predominou entre todas as presas, tornando o cumprimento da pena ainda mais angustiante. As mães demonstraram preocupações quanto à saúde, alimentação, escolaridade e sono das crianças. Apesar de desejarem ver os filhos, algumas mães, como P4, expressaram preocupação com o impacto emocional das visitas nas crianças. As presas se sentem abandonadas pela família, devido a falta de visitas, de ligações e notícias. Quando estavam em liberdade eram valorizadas pela família e amigos e, a partir do momento que foram privadas de liberdade, deixaram de ser procuradas e reconhecidas. Observou-se que as mães sentem conforto pelos filhos estarem sendo bem cuidados pelos familiares. Contudo, manifestaram culpa por terem se envolvido com o crime e estarem privadas de liberdade, de forma que acreditam que prejudicaram os seus filhos por meio de suas atitudes. P7 expressou culpa ao relatar que a filha estava a esquecendo, de modo que relatou que foi egoísta por não ter pensado na filha ao se envolver com atividades criminosas e P10 manifestou culpa ao expressar que merecia que o filho a esquecesse, tendo em vista os erros que cometeu no passado. Algumas mães expressaram o

---

<sup>1</sup> Graduanda; Universidade Franciscana - UFN; Curso de Psicologia; suellenfloresmachado@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora; Universidade Franciscana - UFN; Curso de Psicologia e PPG Saúde Materno Infantil; cristinakruehl@prof.ufn.edu.br

sentimento de impotência devido a sua atual incapacidade de exercerem funções maternas, como por exemplo auxiliar no cuidado e no sustento dos filhos. Algumas participantes manifestaram medo de não receberem visitas dos seus filhos, bem como temem pela possibilidade das crianças não as reconhecerem como mães no futuro. As detentas expressaram sentimentos positivos, como a felicidade, ao mencionarem sobre as visitas dos filhos. Evidenciou-se que a maternidade pode gerar motivação para as detentas lidarem com os desafios do cárcere e elaborarem planos para o futuro, de forma que pretendem retomar o contato e o convívio com seus filhos. Ressalta-se a necessidade de programas de apoio que facilitem a manutenção dos vínculos afetivos entre mães e filhos, promovendo um ambiente mais favorável ao bem-estar psicológico dessas mulheres.

## **CAMINHOS DE LIBERDADE: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA “ESCOLA DO MANICÔMIO” NO INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE**

Jardélia Rodrigues de Sá<sup>1</sup>

O estudo questiona como a educação é moldada em um ambiente prisional que atende pessoas com transtornos mentais, no entrecruzamento de políticas de saúde mental e encarceramento. Para tal, observa a experiência educativa na “Escola do Manicômio”, localizada no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) Maurício Cardoso, em Porto Alegre. De forma a observar e analisar as interações entre cárcere, doença mental e educação e como essas vivências afetam o processo de aprendizagem. A pesquisa justifica-se pela necessidade de entender a função da escola em um contexto de privação de liberdade e saúde mental, além de explorar o impacto do acolhimento e do afeto nas relações pedagógicas. O estudo questiona se os estudantes buscam a escolarização formal ou se o espaço da sala de aula oferece outras formas de acolhimento e socialização, principalmente em um contexto institucional que tende ao controle e à limitação da autonomia individual. Os conceitos de afeto, acolhimento e liberdade são centrais, inspirando-se em autores como Paulo Freire e bell hooks, que discutem a afetividade e o diálogo como bases da pedagogia. O estudo utiliza também a noção de “forjas pedagógicas”, termo utilizado por Thiago Pirajira em sua dissertação de mestrado e aqui usado para referenciar uma pedagogia própria que emerge das condições da sala de aula em espaço prisional. A teoria de heterotropias é aplicada para refletir sobre como a escola assume novos significados ao cruzar com instituições de encarceramento e saúde mental. A metodologia da pesquisa foi alterada devido à pandemia de COVID-19. Adotou-se a troca de cartas pedagógicas entre a pesquisadora e professoras da educação básica e ensino superior. As cartas foram utilizadas como instrumento para captar percepções sobre a dimensão pedagógica do acolhimento e do afeto na sala de aula. Além disso, o uso de materiais visuais e reuniões virtuais complementou a coleta de dados. As considerações finais desta pesquisa apontam que, a partir da escrita das professoras, foi possível compreender que a afetuosidade, o respeito, a empatia e o engajamento emocional são elementos essenciais nas relações pedagógicas. Essas práticas se alinham à perspectiva de hooks (2021) e de Paulo Freire, que, embora não tenha explicitado a afetividade como categoria, reconhece sua importância no processo dialógico e na transformação educacional. As professoras ressaltaram que a transgressão, entendida como método, se faz presente nas práticas pedagógicas da “Escola”, especialmente em contextos de restrição, onde o acolhimento e a liberdade emergem como pilares. As categorias de consciência

---

<sup>1</sup> Mestranda; Universidade Federal do Rio Grande dos Sul; PPG Educação; e-mail jardeliasa@gmail.com

e transformação foram vistas como propósitos centrais da educação, assim como a liberdade, que, neste contexto, foi interpretada não como ausência de limites, mas como um direito a ser recomposto dentro da escola. A escola, mesmo localizada em território de restrição, assume um papel transformador ao priorizar o cuidado, a escuta e a comunidade, reafirmando o conceito de acolhimento como prática desestabilizadora e de ampliação de direitos. Por fim, a “Escola do Manicômio” emerge como um espaço de liberdade, resistência e criação de “inéditos viáveis”, demonstrando que, mesmo em condições adversas, a educação libertária tem o poder de transformar realidades.

## O IMPACTO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS PENAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Daiane Kist Back<sup>1</sup>  
Nenguirú Lucas Martins<sup>2</sup>  
Lia Gonçalves Possuelo<sup>3</sup>

O exercício físico tem sido amplamente reconhecido como uma ferramenta fundamental para a qualidade de vida, especialmente em profissões de alta demanda psicológica e física, como a dos policiais penais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prática regular de atividades físicas está associada à redução de doenças crônicas, melhora do bem-estar mental, sono e fortalecimento do sistema imunológico, fatores essenciais para lidar com a intensidade das demandas diárias dessa profissão. No contexto do sistema prisional, os trabalhadores, frequentemente, lidam com situações de alto estresse, longas jornadas de trabalho e exposição a ambientes hostis. Diante disso, surge a seguinte questão: qual é o impacto da prática de exercício físico na qualidade de vida dos Policiais Penais do Rio Grande do Sul? Estudos demonstram que a prática regular de exercícios físicos pode ajudar a reduzir significativamente os níveis de cortisol, especialmente quando combinada com técnicas de relaxamento e recuperação adequadas. Durante o exercício, há um aumento temporário do cortisol como parte da resposta ao esforço físico, mas, a longo prazo, a prática contínua de atividades físicas moderadas a intensas promove uma adaptação do organismo, diminuindo a produção exagerada de cortisol em situações estressantes, além de melhorar a aptidão física. Este é um estudo exploratório transversal de caráter quantitativo, envolvendo servidores penitenciários do RS. Foram incluídos no estudo servidores da polícia penal com mais de seis meses de atuação e carga horária de 20 horas semanais ou em regime de plantão, que consentiram em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados foi realizada pelo *Google Forms* utilizando dois instrumentos. Um deles elaborado pelos autores para captar o perfil sociodemográfico e ocupacional e o outro *World Health Organization Quality of Life-bref (WHOQOL-bref)*, validado e traduzido para o português para identificação da qualidade de vida. A análise dos dados foi conduzida no programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 23.0, utilizando estatísticas descritivas com frequências abso-

---

<sup>1</sup> Doutoranda; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS); drkist@mx2.unisc.br

<sup>2</sup> Pós-graduado em Segurança pública e direito penitenciário; Polícia Penal. Diretor de instituição prisional; nenguiru-martins@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Doutora; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS); liapossuelo@unisc.br

lutas e relativas, e média aritmética. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola do Serviço Penitenciário (CEP-ESP) e pelo CEP da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob o parecer nº 77574024.5.0000.5343. Até o momento, 210 servidores penitenciários participaram da pesquisa. Os dados parciais indicam que o nível de qualidade de vida dos policiais penais que realizam exercício físico (74%) é superior ao dos que não praticam (61%). Há uma tendência de que os servidores penitenciários em regime de plantão (60%) dediquem mais tempo a essa prática em comparação aos que trabalham no expediente (40%). A prática regular de exercícios físicos parece influenciar positivamente a qualidade de vida dos policiais penais. Vale ressaltar que os resultados apresentados são preliminares e podem não representar a totalidade da amostra planejada. Dessa forma, o fortalecimento de programas como o Teste de Aptidão Física (TAF), instituído na Polícia Penal do RS, além de outras formas de incentivo à prática de exercício físico, inclusive, no ambiente de trabalho podem ser pensadas estrategicamente para impactar na saúde individual e coletiva, assim como fortalecer a resistência física e mental no desempenho de suas funções e a qualidade de vida de maneira geral.

## QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA POR SERVIDORES DA POLÍCIA PENAL DO RIO GRANDE DO SUL

Pablo Borges de Moura<sup>1</sup>  
Daiane Kist Back<sup>2</sup>  
Lia Gonçalves Possuelo<sup>3</sup>

Globalmente, as prisões são frequentemente retratadas como ambientes insalubres, inviáveis e perigosos. Os servidores penitenciários, por sua vez, enfrentam sobrecarga de trabalho, pressão e estresse devido à escassez de pessoal e à superlotação das prisões. Essas condições, aliadas à responsabilidade social e ao constante contato interpessoal, podem comprometer a qualidade de vida desses profissionais. Ainda são poucos estudos investigando a saúde do trabalhador que atua na Polícia Penal, dificultando a compreensão e subsídios científicos acerca das reais necessidades. Diante disso, surge a seguinte questão: qual é o perfil e o nível de qualidade de vida dos servidores penitenciários? Neste sentido, o presente trabalho busca, regionalmente, a identificação do perfil sociodemográfico e ocupacional dos servidores penitenciários do RS, bem como a mensuração de seu nível de qualidade de vida, é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções voltadas à melhoria das condições de trabalho e bem-estar quem impactam também nas políticas de ressocialização das pessoas privadas de liberdade (PPL). Este é um estudo exploratório transversal de caráter quantitativo, envolvendo servidores penitenciários das 10 Delegacias Penitenciárias Regionais do RS (DPR/RS). Participaram do estudo servidores da polícia penal com mais de seis meses de atuação e carga horária maior do que 20 horas semanais ou em regime de plantão, que consentiram em participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) até agosto de 2024. A coleta de dados foi realizada pelo *Google Forms* utilizando dois instrumentos. Um deles elaborado pelos autores para captar o perfil sociodemográfico e ocupacional e o outro *World Health Organization Quality of Life-bref (WHOQOL-bref)*, validado e traduzido para o português para identificação da qualidade de vida. A análise dos dados foi conduzida no programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 23.0, utilizando estatísticas descritivas com frequências absolutas e relativas, e média aritmética. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola do Serviço Penitenciário (CEP-ESP) e pelo CEP da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob o parecer no 77574024.5.0000.5343. Como re-

---

<sup>1</sup> Mestre; Polícia Penal; Coordenador da Seção de Atendimento ao Servidor (SASS), pabloborgesmoura@gmail.com  
<sup>2</sup> Doutoranda; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS); drkist@mx2.unisc.br

<sup>3</sup> Doutora; Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPGPS); liapossuelo@unisc.br

sultado parcial, 210 servidores penitenciários participaram da pesquisa. Tais resultados indicam um perfil de participação feminino, mesmo em um ambiente de trabalho, predominantemente, masculino. Há uma tendência de redução do nível de qualidade de vida entre os servidores à medida que aumentam os anos de serviço. Vale ressaltar que os resultados apresentados são preliminares e podem não representar a totalidade da amostra planejada, além de dados adicionais e uma análise mais detalhada das variáveis. Melhores condições de saúde mental, podem impactar na redução dos custos indiretos da Polícia Penal, tais como: produtividade, afastamentos e suicídio. Além disso, os servidores penitenciários precisam estar saudáveis, tanto para a garantia da segurança da sociedade, como também para a implementação de estratégias para a ressocialização das PPL.

## Resumos dos trabalhos da Mostra de Boas Práticas no âmbito da Susepe

### Listagem dos trabalhos apresentados, por eixo temático:

#### Ações para especificidades de Gênero e outros grupos específicos

AÇÕES DE TRATAMENTO PENAL E A INTERSETORIALIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL (Mircele Massirer Rodrigues da Silva, Adalberto Millani Carvalho, Cássia Cilene Saldanha da Silveira, Cristian Ericksson Colovini, Jader Ricardo Dias Gonçalves, Marlise Bortoluzzi Soares)

#### Alternativas penais

OS CÍRCULOS E AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA PASTORAL CARCERÁRIA NA AMBIÊNCIA PRISIONAL (Claudia Adamoli Marini, Viviane Rita Camargo De Aquino)

CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NOS PRESÍDIOS ESTADUAIS DE CERRO LARGO E SANTO CRISTO (Iana Patrícia Pandolfo; Karine Müller Dutra; Shirlei Sztormowski)

IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS CIRCULARES NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CAMAQUÃ (Patricia Silva Vieira da Cunha, Jorge Vinicius Moura de Souza)

#### Educação e práticas remissivas de pena

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES APRISIONADAS: DAR A PALAVRA, AGUÇAR A ESCUTA (Juniélen Costa Veleda Gomes, Ana Luísa Costa Veleda)

PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM BARBEARIA: SEGUINDO TENDÊNCIAS E CRIANDO POSSIBILIDADES (Mareli Rodrigues de Moraes, Mircele Massirer Rodrigues da Silva, Cristian Ericksson Colovini)

CINE AfeTo e Afins: EDUCAÇÃO PRISIONAL E SUAS INTERFACES (Mircele Massirer Rodrigues da Silva, Adalberto Millani Carvalho, Cássia Cilene Saldanha da Silveira, Cristian Ericksson Colovini, Jader Ricardo Dias Gonçalves, Marlise Bortoluzzi Soares)

REMIÇÃO PELA LEITURA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E RESSOCIALIZAÇÃO (Cristian Ericksson Colovini, Adalberto Millani Carvalho, Cássia Cilene Saldanha da Silveira, Jader Ricardo Dias Gonçalves, Marlise Bortoluzzi Soares, Mircele Massirer Rodrigues da Silva)

“OS GURIS DA FACULDADE”: ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA, NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELotas (Gabriela Pereira Di Muro)

“JOVEM APRENDIZ” E EXPANSÃO DAS SALAS DE APRENDIZAGEM NO COMPLEXO PRISIONAL DE CANOAS (Gustavo Pedro Polese, Bruna Corrêa Tillmann Navroski, Caroline Claro Debus, Dulciana Caroline Araujo)

### **Saúde do Servidor Penitenciário**

O ATENDIMENTO AO SERVIDOR PENITENCIÁRIO NO RS: UMA HISTÓRIA DE MAIS DE 20 ANOS (Pablo Borges de Moura, Paola Cristina Fruhauf Molina, Lutiana Ricaldi da Rosa, Tania Regina Armani Nery, Rosemary Silva da Silveira, Jorge Vinicius Moura de Souza, Patricia Silva Vieira da Cunha, Paula Teixeira de Almeida. Ana Paula Buligon Zalamena)

GINASTICA LABORAL E SAÚDE MENTAL (Jorge Vinicius Moura de Souza, Aline Bittencourt Viegas, Patricia Silva Vieira da Cunha)

O PERFIL DE PACIENTES ATENDIDOS NA SASS DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO RS (Luismar da Rosa Model, Lutiana Ricaldi da Rosa)

### **Saúde prisional**

SAÚDE PRISIONAL: ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS CRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO (Marlise Bortoluzzi Soares, André Almeida Pujol, Adalberto Millani Carvalho. Cássia Cilene Saldanha da Silveira, Cristian Ericksson, Jader Ricardo Dias Gonçalves, Mircele Massirer Rodrigues da Silva)

AÇÕES DE ACOLHIMENTO NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA (Cássia Cilene Saldanha da Silveira, Adalberto Millani Carvalho, André Almeida Pujol, Cristian Ericksson Colovini, Jader Ricardo Dias Gonçalves, Marlise Bortoluzzi Soares, Mircele Massirer Rodrigues da Silva)

### **Trabalho prisional**

O TRABALHO PRISIONAL EM APOIO AO MUNICÍPIO DE PELOTAS DURANTE A ENCHENTE DE 2024 (Letícia Freitas, Igor Falcão, Raquel Borges, Cleidson Vinhas, Filipe Capeletti, Claudia Francisco, Lissandra Kasper, Clarissa Ribeiro)

## AÇÕES DE TRATAMENTO PENAL E A INTERSETORIALIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL

Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Adalberto Millani Carvalho<sup>2</sup>  
Cássia Cilene Saldanha da Silveira<sup>3</sup>  
Cristian Ericksson Colovini<sup>4</sup>  
Jader Ricardo Dias Gonçalves<sup>5</sup>  
Marlise Bortoluzzi Soares<sup>6</sup>

**Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo descrever as ações realizadas na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) voltadas ao fortalecimento das práticas de tratamento penal para a população LGBTQIAPN+. O foco está nas ações intersetoriais que ampliam o acesso aos serviços de saúde, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.080/1990 e pela Lei de Execução Penal. O objetivo é assegurar um tratamento respeitoso e digno, considerando a orientação sexual e identidade de gênero como aspectos fundamentais da dignidade das pessoas privadas de liberdade. **Justificativa:** A inclusão dessa atividade no cronograma de ações de tratamento penal da PESHM está baseada nos Princípios de Yogyakarta, que defendem o “direito ao tratamento humano durante a detenção”. Esses princípios devem ser o alicerce das estratégias e ações adotadas por gestores e trabalhadores do sistema prisional, bem como da sociedade em geral. O objetivo é garantir que as pessoas privadas de liberdade sejam tratadas com respeito e dignidade, levando em conta sua orientação sexual e identidade de gênero como componentes centrais de sua dignidade. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas que considerem as necessidades específicas da população LGBTQIAPN+ no sistema prisional, promovendo igualdade de acesso aos serviços. **Público-alvo:** As ações de tratamento penal apresentadas foram destinadas a 14 pessoas privadas de liberdade autodeclaradas parte da comunidade LGBTQIAPN+. **Métodos:** O Modelo Dialógico de Educação em Saúde foi utilizado para conduzir rodas de conversa, permitindo a participação ativa de todos os envolvidos. Esse método contribui para a construção de um conhecimento

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário/Terap. Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mircele-silva@susepe.rs.gov.br.

<sup>2</sup> Agente Penitenciário; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail adalberto-carvalho@susepe.rs.gov.br.

<sup>3</sup> Técnico Superior Penitenciário/Assistente Social; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cassia-silveira@susepe.rs.gov.br.

<sup>4</sup> Técnico Superior Penitenciário/Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cristian-colovini@susepe.rs.gov.br.

<sup>5</sup> Agente Penitenciário; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail jader-dias@susepe.rs.gov.br.

<sup>6</sup> Técnico Superior Penitenciário/Nutricionista; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail marlise-soares@susepe.rs.gov.br.

mais contextualizado e relevante, fortalece a capacidade de tomada de decisão e promove a autonomia dos sujeitos em situação de privação de liberdade. As ações contaram com a colaboração das equipes de saúde do município de Santa Maria, residentes e profissionais do setor técnico da penitenciária, visando à construção coletiva de conhecimentos sobre o processo saúde-doença-cuidado. Resultados: As ações resultaram na reavaliação e reformulação de estratégias de cuidado em saúde, levando em consideração as especificidades da população LGBTQIAPN+ e o fluxo de atendimento dentro do sistema prisional. Essas mudanças visam melhorar o acolhimento e o atendimento dessa população sob custódia do estado. Conclusão: A abordagem intersetorial no tratamento penal, demonstrada pelas ações na penitenciária, revela-se uma estratégia viável e necessária para a humanização do sistema de justiça. A integração de diferentes setores — saúde, educação, assistência social e segurança pública — não só promove uma abordagem mais justa e abrangente, como também facilita a reabilitação e reintegração social dos indivíduos. Reconhecer e abordar as causas complexas da criminalidade através de práticas intersetoriais contribui para um sistema penal que vai além da punição, priorizando a dignidade e a transformação social. As experiências e aprendizados obtidos com essas ações oferecem um modelo valioso para a implementação de práticas similares em outras unidades prisionais, fomentando um sistema de justiça mais inclusivo e humano.

## OS CÍRCULOS E AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA PASTORAL CARCERÁRIA NA AMBIÊNCIA PRISIONAL

Claudia Adamoli Marini<sup>1</sup>  
Viviane Rita Camargo De Aquino<sup>2</sup>

A justiça retributiva, de natureza punitiva, se estrutura no sistema prisional contemporâneo a partir de uma concepção limitada, que reduz a punição à mera retribuição pelo erro cometido, centrando-se na ideia de que os culpados devem sofrer as consequências de seus atos. Em contrapartida, a justiça restaurativa, por meio de práticas circulares, propõe uma via comunicacional alternativa à violência, onde indivíduos privados de liberdade participam de forma equitativa e dialogal. Nessa abordagem, eles reconhecem sua responsabilidade, promovendo um ambiente de corresponsabilidade e reintegração ao tecido social. O objetivo dos círculos de construção de paz é fomentar um ambiente propício para desenvolver nos participantes a consciência emocional, autoresponsabilização, a escuta ativa com o fim de fortalecimento de vínculos, análise autocrítica, mudança de pensamento e, por fim, a alteração do comportamento. No contexto em questão, os indivíduos privados de liberdade, especialmente aqueles que se encontram em unidades de segurança, estão mais expostos e suscetíveis a um ciclo contínuo de violência. Esse cenário ressalta a importância da aplicação efetiva das práticas circulares, conforme prescrito pelas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. Nas práticas restaurativas circulares, ocorre uma dinâmica de troca de narrativas que estabelece um ambiente seguro e inclusivo para todos os participantes. Tal abordagem é fundamentada em acordos iniciais que norteiam a metodologia, promovendo princípios essenciais como o respeito, a dignidade da pessoa humana, o diálogo construtivo, a educação voltada para a escuta ativa e a valorização do poder de fala. A implementação dos círculos de construção da paz através da Pastoral Carcerária no contexto prisional segue uma metodologia que inicia com encontros semanais, posteriormente ajustados para a periodicidade quinzenal. Cada encontro é estruturado para ter uma duração mínima de duas horas e o projeto estabelece um período mínimo de um ano. Este processo é facilitado por profissionais capacitados e aborda uma gama de temas teóricos e práticos, incluindo: a construção de valores, o fortalecimento de vínculos familiares, a promoção da ética e do respeito, à gestão das relações interpessoais, o equilíbrio entre vida pessoal e futura profissional, a prática de comunicação não-violenta, a responsabilização pelas

---

<sup>1</sup> Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; Presídio Regional de Pelotas; e-mail claudia-marini@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Mediadora Judicial e Extrajudicial; e-mail vivianne.caquinno@gmail.com

ações e eventos produzidos, e a ressignificação emancipatória com vistas à reintegração social responsável e o desencarceramento. Ao final, chega-se à conclusão de que uma abordagem metodológica contínua, alicerçada em diálogos construtivos e pacificadores, revela o potencial transformador das práticas circulares. Estas práticas, quando aplicadas de maneira sistemática, configuram-se como um instrumento eficaz para a desarticulação do ciclo da violência. Elas favorecem o restabelecimento de conexões sociais e a melhoria da convivência comunitária. O suporte de instituições e da comunidade é fundamental nesse processo, permitindo o desenvolvimento de uma estrutura social mais inclusiva, segura e pacífica. Assim, esse processo contribui para a construção de um tecido social coeso, que reconfigura a dinâmica de interação e promove a coesão e a estabilidade sociais com potencial de replicação desse modelo em outras instituições prisionais e sua integração como vetor em políticas públicas voltadas para a segurança sublinha sua eficácia e relevância.

## CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NOS PRESÍDIOS ESTADUAIS DE CERRO LARGO E SANTO CRISTO

Iana Patrícia Pandolfo<sup>1</sup>  
Karine Müller Dutra<sup>2</sup>  
Shirlei Sztormowski<sup>3</sup>

Este projeto nasceu de inquietações advindas do trabalho no sistema prisional. Um espaço permeado por conflitos, violências, violações, raiva, dor e pessoas que não tardar retornarão ao convívio extramuros, nas suas famílias e comunidades. É aí que a justiça restaurativa, através da prática dos círculos de construção de paz, se apresenta como forma de reconhecimento e autoconhecimento, como instrumento de diálogo, cuidado, resistência e resiliência dentro da prisão. Estas práticas têm o potencial de fortalecer o desejo do encontro de novas estratégias para lidar com o meio externo e reforçar aspectos afetivos, cognitivos, psicossociais e práticos em relação ao momento pelo qual esses indivíduos estão se dirigindo. Com o objetivo promover um espaço seguro para fomentar o senso crítico acerca da importância e da responsabilidade da semiliberdade, os círculos promovem a aprendizagem de uma metodologia de diálogo que pode ser replicada em outras situações, propiciando o desenvolvimento de habilidades e criando uma rede de apoio e um plano de ação que colabore no processo de reintegração social; além de criar banco de dados que subsidiará futuras pesquisas, monitoramento e avaliação do trabalho. O método é realizado através da averiguação de quais são as pessoas prestes a adquirir o benefício da progressão de regime/livramento condicional nos próximos seis meses; realização de pré-círculos individuais para apresentar a proposta de intervenção; definição dos facilitadores para realizar o trabalho no estabelecimento prisional; reuniões para planejar, avaliar e monitorar os círculos; realização dos 4 círculos de construção da paz em local extramuros; e pós-círculos individuais até o livramento condicional. O projeto, que teve início no ano de 2019 no Presídio Estadual de Santo Cristo, realizou até o momento 7 ciclos de círculos, com a participação de 53 PPL. Destes, 4 reincidiram, ou seja, 7,5%. Nos anos de 2020/21/22 quando perdurava a Pandemia Coronavírus, não foram realizados os 4 círculos. Nos dois últimos ciclos (2023/24) foram realizados círculos com a participação de familiares e da comunidade, num sentido de reintegração social. A partir deste trabalho, foi proposta em 2023 a implantação deste Projeto na Comarca de Cerro Largo, sendo apresentado o trabalho e seus resultados ao Poder Judiciário e Ministério Público. Após aceitação destes órgãos e com o

---

<sup>1</sup> Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; Presídio Estadual de Santo Cristo; iana-pandolfo@susepe.rs.gov.br.

<sup>2</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; 3ª Delegacia Penitenciária Regional; karine-dutra@susepe.rs.gov.br.

<sup>3</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Presídio Estadual de Cerro Largo; shirlei-sztormowski@susepe.rs.gov.br.

apoio da Administração prisional, já foram realizados 2 ciclos de círculos no Presídio Estadual de Cerro Largo. Dos 14 participantes, os que já alcançaram o benefício da progressão de regime, nenhum reincidiu, e o restante aguardam lapso temporal. O projeto tem 5 anos de experiência e apesar de ser realizado em instituição total, que tem como missão promover a inclusão social - porém, executado pela justiça retributiva - e enfrentar dificuldades na implementação por ser fundamentado por valores como o cuidado, respeito e empatia, os resultados são perceptíveis: o baixo índice de reincidência, diminuição dos conflitos intramuros, dispensa do exame criminológico e o cumprimento do lapso temporal.

## IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS CIRCULARES NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CAMAQUÃ

Patricia Silva Vieira da Cunha<sup>1</sup>  
Jorge Vinicius Moura de Souza<sup>2</sup>

Dentro das instituições carcerárias, podem surgir significativas consequências à saúde física e mental aos que dela fazem parte. A equipe de trabalho acaba sendo afetada pelo fenômeno da institucionalização, alterando por vezes, os padrões de suas vidas fora do ambiente prisional e adotando valores estabelecidos neste contexto. Por meio de levantamento de dados realizados pela Seção de Atendimento ao Servidor da Susepe – SASS, percebe-se alto índice de procura por atendimento psicológico devido ao stress funcional, ansiedade e dificuldades de relacionamentos no trabalho. Pensando em estratégias de prevenção e tratamento destas questões de saúde do servidor da Susepe, a SASS da 5ª Delegacia Penitenciária Regional, passou a realizar dentro do Presídio Estadual de Camaquã, os círculos de construção da paz, que preconiza uma metodologia estruturada de facilitação de diálogo, fundamentada pela Justiça Restaurativa. O objetivo dessa prática circular junto aos servidores da SUSEPE é o de fortalecer as relações entre os servidores penitenciários, proporcionando um momento de escuta, autoconhecimento e diálogo acerca dos aspectos positivos e negativos no ambiente de trabalho, promovendo assim, uma cultura de paz, capaz de construir relacionamentos saudáveis. Os encontros ocorrem mensalmente, desde janeiro de 2023, de forma presencial, sistemática, através de demanda espontânea, com duração de duas horas e trinta minutos, onde cada grupo conta com a participação aproximadamente de 12 a 15 pessoas. Através da adesão dessas práticas circulares e dos feedbacks positivos trazidos pelos participantes e chefias verificamos a importância desse espaço de fala e escuta qualificada onde cada indivíduo pode colocar a sua verdade, oportunizando a reflexão sobre o seu modo de agir e de pensar. O formato em círculo proporciona liderança partilhada, pertencimento, igualdade, empoderamento, responsabilização e conexão emocional, favorecendo a empatia e relação interpessoal salutar entre os servidores penitenciários. Desenvolver e implementar ações preventivas e terapêuticas de saúde mental ao servidor penitenciário é função da SASS. Proporcionar momentos de trocas, reflexões e acolhimentos estimula o autoconhecimento e autocuidado do servidor penitenciário refletindo na sua qualidade de vida e relações interpessoais no ambiente de trabalho.

---

<sup>1</sup> Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga SASS – 5ª . Delegacia Penitenciária Regional - patricia-cunha@susepe.rs.gov.br  
<sup>2</sup> Técnico Superior Penitenciário – Psicólogo SASS – 5ª . Delegacia Penitenciária Regional - jorge-vinicius@susepe.rs.gov.br

## ENTRELAÇAMENTOS ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES APRISIONADAS: DAR A PALAVRA, AGUÇAR A ESCUTA

Juniélen Costa Veleda Gomes<sup>1</sup>  
Ana Luísa Costa Veleda<sup>2</sup>

O trabalho originou-se de uma pesquisa sobre histórias de vida de mulheres encarceradas, realizada na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul. Objetivou dar voz a essas mulheres para que possam ser visualizadas não apenas a partir do termo “marginais” – o qual é redutor por não permitir considerarmos suas trajetórias de vida, suas condições e alternativas, em suma, as condições de produção dessas mesmas vidas –, mas sim como pessoas com determinadas marcas constitutivas e, ao mesmo tempo, com possibilidades de assumirem novos lugares na sociedade sem levar consigo os estigmas da prisão. Para isso, optamos por analisar as histórias de vida dessas mulheres e os seus entrelaçamentos. Teve como objetivos: a) identificar os fatos e acontecimentos marcantes na vida dessas mulheres; b) problematizar as condições sociais e culturais que se incorporam às histórias de vida das apenadas; c) analisar os possíveis entrelaçamentos entre as histórias e as suas marcas de gênero. Tendo como público-alvo a população carcerária, os funcionários e a sociedade em geral. Fizemos uso do método de pesquisa autobiográfica, analisando as narrativas das apenadas escritas em cadernos individuais. Desse modo, priorizamos um tipo de escrita que exige uma constituição de si ao escrever, cremos que a escrita de si por intermédio dos cadernos incitava a um reencontro constante de cada uma consigo e com as singularidades de suas trajetórias de vida. A nosso ver, o retorno a si, realizado durante a escrita, permitia que cada uma das mulheres fizesse uma “dobra” constitutiva sobre si, permitindo o reconhecimento de dois movimentos éticos basilares: um percurso ao encontro das intensidades de suas vidas e às possibilidades de se reencontrarem e transformarem a si. Almejamos, com isso, que as apenadas pudessem, ao escrever, realizar uma reflexão e a constituição de si. Por esse motivo, foram incitadas a escreverem livremente nos cadernos disponibilizados. Outra justificativa se deve ao fato de que nessas escritas temos a oportunidade de conhecer um pouco da realidade social e multifacetária das detentas, não apenas por meio de estatísticas, mas compreendendo o fenômeno em estudo através de categorização feita a partir de acontecimentos que se aproximam/assemelham entre as histórias. Trabalhamos, assim, com histórias de vida de relatos cruzados. O que, viabiliza a compreensão não apenas individual, posto que permite, além disso, detectarmos as contingências mais am-

---

<sup>1</sup> Policial Penal; Presídio Regional de Bagé; e-mail: junielen-gomes@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Professora da rede Pública Estadual; e-mail: luisazeana@gmail.com

plas que têm produzido e tornado possíveis as histórias de vida das mulheres aprisionadas. Nessa direção o aumento da massa carcerária feminina é preocupante e permite que muitas famílias permaneçam compondo a classe menos favorecida da população. A falta de proteção no interior das suas famílias e a ausência de formação escolar foram observadas no perfil das mulheres, além do baixo nível de escolaridade. Concluimos que a educação é o principal meio através do qual se pode transformar essas vidas tanto antes quanto depois da prisão. Isso porque ela permite que os seres humanos se abram para novas experiências, ampliem os seus repertórios e as suas oportunidades de vida, proporcionando modificações de dentro para fora, e não apenas de formas superficiais.

## PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM BARBEARIA: SEGUINDO TENDÊNCIAS E CRIANDO POSSIBILIDADES

Mareli Rodrigues de Moraes<sup>1</sup>  
Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>2</sup>  
Cristian Ericksson Colovini<sup>3</sup>

**Objetivos:** O objetivo principal deste projeto foi proporcionar a capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade recolhidas na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) por meio de um curso de Barbearia. O projeto visou fomentar a aprendizagem e profissionalização no ofício de barbeiro, promovendo novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e geração de renda, com vistas à ressocialização e redução da reincidência criminal. **Justificativa:** A oferta do curso de Barbearia na PESM surgiu da necessidade de implementar ações que contribuam para a ressocialização, conforme previsto na Lei de Execução Penal, enfatizando os aspectos educativos, profissionalizantes e laborais. A iniciativa foi viabilizada através de um projeto do Setor Técnico da Penitenciária, financiado pela Vara de Execuções Criminais Regional de Santa Maria em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Dada a valorização crescente do ofício de barbeiro na sociedade, o curso buscou oferecer uma alternativa viável de trabalho e renda para os participantes, possibilitando-lhes a construção de um futuro com novas perspectivas e maior dignidade. Além de contribuir para a remição de pena, o curso gerou impacto positivo na promoção da autoestima, disciplina, e melhoria das relações interpessoais dos participantes. **Público-alvo:** O curso foi destinado a participantes de todas as galerias do Módulo de Vivência I da unidade prisional. A seleção dos participantes considerou a voluntariedade e a afinidade com o trabalho de barbeiro. **Métodos:** As atividades do curso de Barbearia iniciaram com a seleção de 12 candidatos em janeiro de 2024, e as aulas ocorreram de fevereiro a março do mesmo ano. As aulas foram ministradas três vezes por semana na sala multiuso do Módulo de Vivência I. O curso foi ofertado em duas turmas, formadas respeitando a compatibilidade de convivência entre os participantes das diferentes galerias (Turma 1: galerias A e B; turma 2: galerias C e D). A ação contou com a colaboração mútua de todos os envolvidos, assegurando a organização, segurança e assistência necessária durante todo o processo formativo. **Resultados:** O curso de Barbearia

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicóloga; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mareli-moraes@susepe.rs.gov.br.

<sup>2</sup> Técnico Superior Penitenciário - Terap. Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mircele-silva@susepe.rs.gov.br.

<sup>3</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cristian-colovini@susepe.rs.gov.br.

resultou na conclusão dos 12 participantes, além de possibilitar a interação e participação de outras 41 pessoas que atuaram como modelos para a prática dos cortes de cabelo. O projeto finalizou com a cerimônia especial de certificação, que contou com a presença dos formandos e diversas autoridades, marcando a entrega dos certificados e reconhecendo oficialmente o êxito dos participantes. Conclusão: O curso de Barbearia revelou-se uma ferramenta eficaz para humanização no sistema prisional e principalmente para a promoção da ressocialização, demonstrando que a oferta de cursos profissionalizantes não só garante direitos, mas também proporciona um ambiente favorável ao desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais. Além disso, o curso reforçou a importância do desenvolvimento de competências interpessoais, essenciais para o ofício de barbeiro, e ofereceu aos formandos uma oportunidade de transformação pessoal e social. A valorização da educação profissional mostrou-se um meio crucial para estimular novas aprendizagens, potencializando a reinserção social e a inclusão profissional dos participantes.

## CINE AfeTo e Afins: EDUCAÇÃO PRISIONAL E SUAS INTERFACES

Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Adalberto Millani Carvalho<sup>2</sup>  
Cássia Cilene Saldanha da Silveira<sup>3</sup>  
Cristian Ericksson Colovini<sup>4</sup>  
Jader Ricardo Dias Gonçalves<sup>5</sup>  
Marlise Bortoluzzi Soares<sup>6</sup>

Objetivos: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o “Cine AfeTo e Afins” um projeto iniciado no ano de 2024 na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) que busca promover o uso do cinema como ferramenta de reflexão e educação dentro do sistema prisional. Neste contexto, o cinema pode ser utilizado como um facilitador para o diálogo e transformação, contribuindo para a reabilitação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Esse projeto explora as interfaces entre cultura, educação e direitos humanos, oferecendo um espaço para debates sobre temas sociais complexos, como violência, exclusão e justiça. Justificativa: A educação prisional, no contexto do projeto, vai além da alfabetização ou da escolarização formal, ela envolve processos de conscientização, ressocialização e promoção de cidadania. A exibição de filmes, seguida de debates e atividades reflexivas, permite que as pessoas privadas de liberdade expressem suas vivências, questionem normas sociais e desenvolvam habilidades críticas. Essas interfaces entre educação, cultura e o sistema prisional são fundamentais para promover uma visão ampliada acerca da ressocialização, focando não apenas em punição, mas em transformação social. Público-alvo: O “Cine AfeTo e Afins” é realizado com pessoas privadas de liberdade que realizam atividades ligadas ao trabalho prisional na cozinha e refeitório dos servidores, na horta, na oficina de sabão, na lavanderia e no canil. Atualmente participam 17 reeducandos. Métodos: A metodologia do projeto inclui a visualização dos episódios de uma série que traz como conteúdo reflexões do cotidiano fundamentadas a partir de uma base filosófica. Após ocorre, debates e a elaboração de resenhas reflexivas

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Terap. Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mircele-silva@susepe.rs.gov.br.

<sup>2</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail adalberto-carvalho@susepe.rs.gov.br.

<sup>3</sup> Técnico Superior Penitenciário - Assistente Social; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cassia-silveira@susepe.rs.gov.br.

<sup>4</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cristian-colovini@susepe.rs.gov.br.

<sup>5</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail jader-dias@susepe.rs.gov.br.

<sup>6</sup> Técnico Superior Penitenciário - Nutricionista; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail marlise-soares@susepe.rs.gov.br.

que são encaminhadas para o judiciário, e proporcionam uma oportunidade única para os participantes expressarem suas vivências e desenvolverem habilidades críticas. A possibilidade de validar resenhas para remição de pena oferece um incentivo adicional para a participação ativa e o engajamento reflexivo. Resultados: Os resultados obtidos até o momento indicam que o projeto tem um impacto positivo na humanização do ambiente carcerário e na redução do impacto negativo do encarceramento. Ao engajar os reeducandos em atividades culturais e reflexivas, o projeto oferece uma alternativa valiosa à abordagem tradicional do sistema prisional, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social dos participantes, com vistas à reinserção social. Conclusão: O “Cine AfeTo e Afins” se destaca como um exemplo valioso de como a cultura e a educação podem transformar o ambiente prisional, oferecendo uma alternativa significativa às abordagens tradicionais. A experiência e os aprendizados adquiridos com este projeto podem servir como modelo para outras iniciativas em instituições prisionais, promovendo uma justiça mais inclusiva e humana e ampliando as possibilidades de ressocialização e reintegração social. Portanto, o projeto não apenas ilustra a eficácia do cinema na educação prisional, mas também reforça a importância de integrar práticas culturais e educativas no processo de ressocialização, promovendo uma abordagem mais justa e transformadora para o sistema prisional.

## REMIÇÃO PELA LEITURA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E RESSOCIALIZAÇÃO

Cristian Ericksson Colovini<sup>1</sup>  
Adalberto Millani Carvalho<sup>2</sup>  
Cássia Cilene Saldanha da Silveira<sup>3</sup>  
Jader Ricardo Dias Gonçalves<sup>4</sup>  
Marlise Bortoluzzi Soares<sup>5</sup>  
Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>6</sup>

Objetivo: O presente trabalho tem como objetivo descrever a experiência do projeto de Remição pela Leitura desenvolvido na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM), destacando-o como uma ferramenta eficaz para a reflexão, o desenvolvimento crítico e a inclusão social de pessoas privadas de liberdade. Justificativa: A leitura e a discussão de obras literárias são ações transformadoras que promovem a inclusão e ressocialização no sistema prisional. Por meio do projeto, cada participante pode ler até 12 obras por ano, um número consideravelmente superior à média nacional. No Brasil, 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro. A média anual de leitura é de 4,96 livros por habitante, dos quais apenas 2,43 são lidos integralmente. O projeto se baseia na Resolução nº 391 do Conselho Nacional de Justiça e na Ordem de Serviço 01/2021 do Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE, que regula a remição de pena por meio de práticas sociais, educativas e de leitura. Público-alvo: O projeto é destinado a pessoas privadas de liberdade recolhidas na PESH. Métodos: O projeto é estruturado em duas modalidades, de acordo com o perfil e as condições de segurança dos participantes. O primeiro grupo, formado por reeducandos das galerias, participa de encontros mensais conduzidos por servidores técnicos da unidade prisional. Durante os encontros, os participantes elaboram um Relatório de Leitura referente à obra concluída e escolhem o próximo livro a ser lido, selecionado entre os disponíveis nos dois Espaços de Leitura da unidade prisional. Já o segundo grupo é composto por internos que realizam atividades laborais em áreas externas aos Módulos de Vivência, como cozinha, faxina da área administrativa, horta,

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cristian-colovini@susepe.rs.gov.br.

<sup>2</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail adalberto-carvalho@susepe.rs.gov.br.

<sup>3</sup> Técnico Superior Penitenciário - Assistente Social; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cassia-silveira@susepe.rs.gov.br.

<sup>4</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail jader-dias@susepe.rs.gov.br.

<sup>5</sup> Técnico Superior Penitenciário - Nutricionista; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail marlise-soares@susepe.rs.gov.br.

<sup>6</sup> Técnico Superior Penitenciário/Terap. Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mircele-silva@susepe.rs.gov.br.

canil e manutenção. Os encontros, conduzidos por servidores técnicos da penitenciária em parceria com o Observatório de Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Maria, ocorrem quinzenalmente. Além da reunião mensal obrigatória para a elaboração do Relatório de Leitura, esse grupo participa de encontros intermediários, onde discutem coletivamente os temas emergentes das leituras. Nessa modalidade, todos leem o mesmo livro, o que facilita e aprofunda o debate sobre questões específicas, escolhidas conforme os interesses e o desenvolvimento do grupo. Em ambas as modalidades, os participantes podem ler um livro por mês, resultando na remição de 4 dias de pena por obra concluída. Ao final de um ciclo anual, é possível ler até 12 livros e remir até 48 dias de pena. Resultados: Durante a execução do projeto, observou-se uma clara evolução nas capacidades reflexivas, críticas e discursivas dos participantes, além do aprimoramento de suas habilidades de escrita. O projeto também culminou na realização de duas edições do "Sarau Literário da PESM", onde os participantes tiveram a oportunidade de compartilhar suas composições autorais, cujas expressões e intensidade surpreenderam tanto os envolvidos quanto os convidados. Conclusão: O projeto demonstrou a leitura como uma ferramenta poderosa na promoção da cidadania, através do desenvolvimento intelectual, cultural e reflexivo dos participantes. Além disso, a iniciativa facilitou o trabalho em grupo e o diálogo sobre temas sensíveis, como feminismo, racismo e paternidade, discutidos durante os encontros.

## **“OS GURIS DA FACULDADE”: ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA, NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS**

Gabriela Pereira Di Muro<sup>1</sup>

O relato apresenta o processo do cotidiano de estudos de dez universitários – pessoas privadas de liberdade - no Presídio Regional de Pelotas. Na posição de Assistente Social responsável pela área de educação no estabelecimento penal, esse acompanhamento surgiu da necessidade de mediação entre os alunos, universidade e demais órgãos da Superintendência dos Serviços Penitenciários, desde o início do processo, em fevereiro de 2023. A oferta ao Ensino Superior, na modalidade ensino à distância, ocorreu, inicialmente, através de bolsas de estudo, numa das ações decorrentes do Acordo de Cooperação entre órgãos estatais de gestão do sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Em 2024 verificou-se a possibilidade de expandir o acesso ao Ensino Superior devido à construção de um laboratório de informática através de verba oriunda da Vara de Execuções Criminais da Região. Incluiu-se alunos aprovados no PROUNI – Programa Universidade para todos – e totalizam hoje 10 universitários de diferentes instituições de ensino, com previsão de expansão de mais 8 vagas ainda este ano. Salienta-se a importância do ensino em geral no estabelecimento, visto que 8 dos 10 alunos universitários concluíram seus estudos no NEEJA Prisional (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos). Nessa experiência, é possível refletir sobre a prática educativa e os efeitos subjetivos sobre as próprias pessoas que transitam nesse espaço. Há uma mudança dos próprios presos em si, os quais estão usufruindo dessa oportunidade e atualmente conseguem se enxergar enquanto sujeito de direitos e protagonistas das suas escolhas. Ressalta-se o impacto das experiências extramuros neste processo: atividades presenciais na universidade, participação em eventos online como expositores, realização de trabalhos com outros alunos. A inclusão dos familiares neste acompanhamento também tem se mostrado relevante para o fortalecimento de vínculos e para formação de outra perspectiva da pena privativa de liberdade como uma verdadeira possibilidade de mudança. Como destaque, ressalta-se o primeiro encontro que foi realizado em junho deste ano em parceria com a Ucpel – sendo que a proposta é que ocorram de forma trimestral - com os familiares dos universitários, os quais participaram de forma síncrona do evento; os que já se encontram em monitoração eletrônica participaram de forma presencial. Foi um espaço bem significativo de participação de todos os atores envolvidos nesse processo. Também foi possível verificar um

---

<sup>1</sup> Técnica Superior Penitenciária Assistente Social; Presídio Regional de Pelotas; e-mail gabriela-muro@susepe.rs.gov.br

aumento significativo de interessados em estudar no estabelecimento prisional, tanto na educação formal quanto nas práticas de remição pela leitura e participação nos exames nacionais (ENEM e ENCCEJA). Como cotidiano, organiza-se com eles os dias de estudo, materiais e um encontro semanal para mediação das atividades, juntamente com o auxílio da Universidade, que é essencial para a aproximação dos apenados com a sociedade e a tecnologia, bem como reflexões acerca das limitações institucionais inerentes ao aprisionamento e possibilidades de superação dessas. Sistematizar essas experiências revela, de forma prática, as potencialidades da educação superior em contextos de privação de liberdade, considerando o ensino à distância uma alternativa para a educação formal como processo de acesso à direitos, conquista de identidade e autonomia.

## “JOVEM APRENDIZ” E EXPANSÃO DAS SALAS DE APRENDIZAGEM NO COMPLEXO PRISIONAL DE CANOAS

Gustavo Pedro Polese<sup>1</sup>  
Bruna Corrêa Tillmann Navroski<sup>2</sup>  
Caroline Claro Debus<sup>3</sup>  
Dulciana Caroline Araujo<sup>4</sup>

O Complexo Prisional de Canoas (PECAN) tem demonstrado um comprometimento contínuo com a ressocialização e reinserção social de jovens em cumprimento de pena, por meio da implementação e expansão de programas educacionais e de capacitação profissional. Um dos principais projetos voltados para esse objetivo é o “Jovem Aprendiz”, uma iniciativa que visa integrar o ensino, a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Esse projeto é realizado em parceria com o SENAC e empresas privadas, como o Grupo Zaffari, o que fortalece a conexão entre o sistema prisional e o setor empresarial, criando um elo importante para a formação e empregabilidade dos jovens. O projeto “Jovem Aprendiz” tem como um dos seus principais pilares a expansão das Salas de Aprendizagem no Pavilhão de Ensino do Complexo. A proposta da expansão inclui a criação de novos espaços que serão equipados com tecnologia de vigilância eletrônica. Essa tecnologia permitirá um acompanhamento mais seguro e eficiente das atividades educativas, garantindo que a integridade e a segurança sejam mantidas sem comprometer a humanização do processo de aprendizagem. A vigilância eletrônica contribui para a segurança dos participantes e dos educadores, criando um ambiente controlado e seguro que favorece o desenvolvimento educacional e profissional dos jovens. A justificativa para a expansão e melhoria das infraestruturas educacionais do Complexo é clara: combater a reincidência criminal entre jovens e proporcionar-lhes oportunidades concretas de qualificação profissional. Ao oferecer um ambiente educacional mais estruturado e equipado, o projeto visa aumentar a taxa de sucesso na reintegração social dos jovens. Com a ampliação das Salas de Aprendizagem, o Complexo espera não apenas atender a um maior número de jovens, mas também melhorar a qualidade do ensino e da capacitação oferecida, promovendo um modelo prisional que valoriza a educação e a preparação para o mercado de trabalho. Essa abordagem integrada não só contribui para a redução da reincidência criminal, mas também fortalece o papel da instituição prisional como um agente de mudança positiva. O Complexo,

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo, Complexo Prisional de Canoas, gustavo-polese@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Técnica Superior Penitenciária - Serviço Social, Complexo Prisional de Canoas, bruna-tillmann@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Técnica Superior Penitenciária - Direito, Complexo Prisional de Canoas, caroline-debus@susepe.rs.gov.br

<sup>4</sup> Técnica Superior Penitenciária - Serviço Social, Complexo Prisional de Canoas, dulciana-araujo@susepe.rs.gov.br

com o apoio de parceiros como o SENAC e o Grupo Zaffari, está construindo um modelo prisional mais focado na humanização e na preparação dos jovens para uma vida produtiva após o cumprimento de suas penas. Ao investir em educação e capacitação, o Complexo Prisional de Canoas demonstra seu compromisso com a criação de oportunidades reais para a reinserção social, contribuindo para um futuro mais promissor para os jovens em cumprimento de pena.

## O ATENDIMENTO AO SERVIDOR PENITENCIÁRIO NO RS: UMA HISTÓRIA DE MAIS DE 20 ANOS

Pablo Borges de Moura<sup>1</sup>  
Paola Cristina Fruhauf Molina<sup>2</sup>  
Lutiana Ricaldi da Rosa<sup>3</sup>  
Tania Regina Armani Nery<sup>4</sup>  
Rosemary Silva da Silveira<sup>5</sup>  
Jorge Vinicius Moura de Souza<sup>6</sup>  
Patricia Silva Vieira da Cunha<sup>7</sup>  
Paula Teixeira de Almeida<sup>8</sup>  
Ana Paula Buligon Zalamena<sup>9</sup>

A saúde mental dos servidores penitenciários é problemática reconhecida mundialmente, sendo, por exemplo, o estresse laboral advindo da profissão de agente penitenciário explorado por diferentes pesquisas nacionais e internacionais. Em contraponto, como fatores protetivos encontramos o apoio social dentro do ambiente prisional e as estratégias de enfrentamento vinculadas ao aprimoramento da formação dos servidores, estímulo ao apoio social e oferta de atendimento psicológico. Logo, com o intuito de prestar suporte psicológico e social ao servidor penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul há mais de 20 anos existe a Seção de Atendimento ao Servidor da Susepe (SASS). São oferecidos atendimentos on-line e presenciais para assistência psicológica e social dos servidores e familiares nas dez regiões penitenciárias do Estado. Hoje, a equipe é composta por 20 psicólogos e uma assistente social. O trabalho é focado no atendimento clínico individual, mas também são realizadas intervenções em grupo

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS), Gabinete do Superintendente; pablo-moura@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS), Gabinete do Superintendente; paola-molina@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 2ª Região Penitenciária (sede em Santa Maria); lutiana-rosa@susepe.rs.gov.br

<sup>4</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS), Gabinete do Superintendente; tania-nery@susepe.rs.gov.br

<sup>5</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 1ª Região Penitenciária (sede em Canoas); rosemary-silveira@susepe.rs.gov.br

<sup>6</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 5ª Região Penitenciária (sede em Pelotas); jorge-vinicius@susepe.rs.gov.br

<sup>7</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 5ª Região Penitenciária (sede em Pelotas); patricia-cunha@susepe.rs.gov.br

<sup>8</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 8ª Região Penitenciária (sede em Santa Cruz do Sul); paula-almeida@susepe.rs.gov.br

<sup>9</sup> Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Seção de Atendimento ao Servidor (SASS) da 3ª Região Penitenciária (sede em Santo Ângelo); ana-zalamena@susepe.rs.gov.br

e outras ações coletivas que preconizam o cuidado em saúde mental, a exemplo da prática da Justiça Restaurativa. Desde a sua criação, em 2003, a Seção já realizou mais de 80 mil atendimentos. O acesso ao serviço ocorre por solicitação do servidor, abordagem da equipe da SASS nas visitas aos estabelecimentos prisionais, indicação de chefias, colegas ou de familiares. Em dezembro de 2023, foi inaugurada a nova sede da SASS, devido à necessidade de se ter um local mais amplo e condições mais adequadas aos atendimentos. Durante esses 20 anos de atividade, foram coletados dados quantitativos que propiciam estudos estatísticos capazes de mapear o que há de sintomatologia e hipótese diagnóstica da população atendida, variáveis institucionais e laborais relativas ao complexo contexto cotidiano. A SASS se torna relevante para a saúde pública ao trabalhar com as dinâmicas de trabalho geradoras de patologias. Praticase a investigação da relação entre os agravos à saúde mental e o trabalho, observando-se que o risco de adoecimento é maior para aqueles que vivem a ameaça de mudanças compulsórias na jornada de trabalho e declínio significativo na situação econômica. Os fatores de risco mais importantes são: papel laboral conflitante; perda de controle ou autonomia; ausência de suporte social. Também o Transtorno de Estresse Pós-Traumático surge como diagnóstico corriqueiro e de intervenções terapêuticas frequentes pela seção. Sempre considerando-se que uma ação efetiva de cuidado psicológico depende da intervenção em múltiplos setores da organização, buscando compreender quais as mensagens e significados psicológicos, institucionais e sociais estes indicadores representam. Ressaltando-se que, na Segurança Pública, operações especiais com dano ou prejuízo físico ou psíquico (próprio ou de terceiros), catástrofes, presenciar suicídios ou ter envolvimento próximos de pessoas que cometeram suicídio, infelizmente, são exemplos de incidentes críticos cotidianos. Mediante tamanha severidade contextual, estritamente necessário e consolidado como premissa básica o respeito aos preceitos éticos da Psicologia e do Serviço Social.

## GINASTICA LABORAL E SAÚDE MENTAL

Jorge Vinicius Moura de Souza<sup>1</sup>  
Aline Bittencourt Viegas<sup>2</sup>  
Patricia Silva Vieira da Cunha<sup>3</sup>

Considerando que o trabalho do servidor penitenciário é, reconhecidamente, um dos mais adoecedores, tanto para a saúde física, quanto emocional, bem como a iniciativa da Senappen, juntamente à Fundação Oswaldo Cruz, de propor o Projeto Valoriza Saúde em Foco em que estão sendo realizadas etapas para diagnosticar a qualidade de vida e a valorização do servidor penitenciário em âmbito nacional. Considerando ainda, as iniciativas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com relação à melhoria da qualidade de vida dos servidores, em especial o Projeto Envolver, a Política de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Rede de Gestão Estratégica de Pessoas – Rede Pessoas, que propõem estimular a mudança de atitude dos agentes públicos para criar um ambiente satisfatório no trabalho, aumentando a motivação e a receptividade às novas necessidades da Administração e o trabalho colaborativo. Sabendo dos efeitos benéficos que o exercício físico sistemático proporciona para a saúde mental, muito bem descritos na literatura científica, apresentando dados consideráveis de diminuição na incidência de ansiedade e depressão das populações estudadas. A Sass da 5ª Região em parceria com a Educadora física Aline Bittencourt Viegas que atualmente trabalha no Departamento Administrativo, resolveram implementar na nossa região, a começar pela Penitenciaria de Rio Grande, o projeto de Ginastica Laboral e Saúde Mental. Este projeto tem por objetivo vivenciar experiências de exercícios físicos e compreensão, desenvolvendo uma cultura da continuidade dos exercícios físicos como uma das formas de lidar com o estresse no trabalho, bem como um momento reflexivo com o psicólogo a fim de favorecer a compreensão de que saúde física e emocional são complementares de uma saúde integral e da importância de sabermos identificar os nossos sofrimentos físicos e emocionais. As atividades físicas serão aplicadas por um Profissional de Educação Física e a orientação em saúde mental com profissional Psicólogo, ambas realizadas no local e dentro do horário de expediente. Essa cultura institucional já está consolidada em outras Forças Policiais, fato que promove, dessa forma também, a criação de um sentimento de pertencimento e cuidado por parte das Instituições. Até o momento foi realizado um encontro

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário – Psicólogo SASS – 5a . Delegacia Penitenciária Regional - jorge.vinicius@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Técnica Superior Penitenciária – Educadora Física. Departamento Administrativo – aline.viegas@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga SASS – 5a . Delegacia Penitenciária Regional - patricia-cunha@susepe.rs.gov.br

com mais de 20 servidores, incluindo policiais penais e profissionais da saúde da UBS prisional daquele lugar, resultando em momento de descontração e reflexão da importância de cuidar-mos da nossa saúde. A idéia é dar continuidade ao projeto, que ocorrerá uma vez por semana com duração de 20 minutos em que serão aplicados exercícios de alongamentos, mobilizações articulares, fortalecimento das musculaturas exigidas no trabalho, abrangendo um número cada vez maior de servidores de serviço naquele dia. Esperamos também com esse trabalho poder contribuir na prevenção de adoecimentos, físicos e emocionais, de uma forma acessível, aproveitando os profissionais que está instituição já possui, respeitando a rotina de trabalho.

## O PERFIL DE PACIENTES ATENDIDOS NA SASS DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO RS

Luismar da Rosa Model<sup>1</sup>  
Lutiana Ricaldi da Rosa<sup>2</sup>

**Objetivos:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar o perfil dos pacientes atendidos pela SASS da 2ª Região Penitenciária. **Justificativa:** A SASS (Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE) é um serviço destinado ao acompanhamento da saúde mental dos servidores penitenciários do Estado bem como de seus familiares. O fato de se trabalhar no sistema prisional visando o controle da criminalidade e da violência social, cujo contato direto se faz em estabelecimentos de segurança e diretamente com apenados, faz com que o estresse e sintomas de ansiedade entre outros possam ser frequentes nos trabalhadores, repercutindo em suas relações familiares. Assim, traçar um perfil dos pacientes em atendimento, darão um panorama da situação atual da demanda, a fim de traçar e qualificar processos terapêuticos. **Público-Alvo:** Servidores da SUSEPE (agentes penitenciários, agentes penitenciários administrativos, técnicos superiores penitenciários, aposentados) e familiares da 2ª Região Penitenciária. Eventualmente se atende servidores de outras Regiões, que por ventura sejam direcionados aos profissionais desta. **Métodos:** Trata-se de um estudo quantitativo descritivo baseado no Cadastro dos casos atendidos, após retomada das atividades da SASS na 2ªRP. O ano de 2024 foi utilizado como referência justamente pelos dois profissionais terem ingressado nos meses de fevereiro e agosto. **Resultados:** Dos 85 casos cadastros pela SASS, 51 são da 2ªRP e 34 de outras Regiões. Em relação ao gênero, 55 são mulheres e 38 são homens (93 pessoas). A maior busca tem sido feita pelos agentes penitenciários (43), na sequência vem os familiares (30), posteriormente, os técnicos superiores penitenciários e agentes penitenciários administrativos na mesma proporção (09) e aposentados (02). A busca pelo atendimento vem ocorrendo em sua maioria, espontaneamente (46), seguido de situações emergenciais (17), indicadas (16) e da licença saúde (12). A SASS presta 77 atendimentos individuais, 5 de casal e 3 de família. O formato de atendimento presencial (45) prevalece, mas o on-line (44) torna-se viável aos servidores e familiares em toda a extensão da Região, por vezes intercalada com a presencial (5). Dos motivos pelos quais os usuários buscam a SASS identificamos: 26 por conflito (familiar, de

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário, Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE da 2ª Região Penitenciária, luismar-model@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Técnico Superior Penitenciário, Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE da 2ª Região Penitenciária, lutiana-rosa@susepe.rs.gov.br

casal, entre colegas), 17 por estresse (adaptação ao cargo, cidade, maternidade, separação), 8 por ansiedade, 8 por situação de calamidade das enchentes, 6 por luto e por ideação suicida, 4 para assédio moral, 3 para transtorno de estresse pós traumático, 2 para depressão e para assédio sexual e 1 para alcoolismo, drogadição e surto psicótico. Dos 85 casos acolhidos, 57 continuam em atendimento, perfazendo até o momento, 448 atendimentos. Conclusão: Com o passar dos anos a Sociedade vem valorizando o trabalho em prol da prevenção e tratamento da saúde mental. Servidores penitenciários, em 2024, ao mesmo passo, demonstram boa adesão quanto ao atendimento na SASS2RP. Conclui-se, portanto, as visitas nas Unidades Prisionais podem estar voltadas a atividades coletivas em saúde mental do trabalhador.

## SAÚDE PRISIONAL: ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS CRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO

Marlise Bortoluzzi Soares<sup>1</sup>  
André Almeida Pujol<sup>2</sup>  
Adalberto Millani Carvalho<sup>3</sup>  
Cássia Cilene Saldanha da Silveira<sup>4</sup>  
Cristian Ericksson Colovini<sup>5</sup>  
Jader Ricardo Dias Gonçalves<sup>6</sup>  
Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>7</sup>

**Objetivo:** Este relato de experiência tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas na Unidade Básica de Saúde Prisional da Penitenciária Estadual de Santa Maria, com ênfase em estratégias para promover um cuidado ampliado, contínuo e multidisciplinar. Além disso, busca verificar os benefícios dessas intervenções na melhoria da qualidade de vida e na redução dos riscos à saúde das pessoas privadas de liberdade portadoras de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. **Justificativa:** De acordo com a Portaria nº 483/14 do Ministério da Saúde, as doenças crônicas são caracterizadas por início gradual, duração prolongada e múltiplas causas, exigindo intervenções que envolvem mudanças no estilo de vida dos usuários. O tratamento dessas condições, em ambientes prisionais, representa um desafio complexo, demandando uma abordagem adaptada às peculiaridades do sistema carcerário, que inclui limitações de recursos. **Público-Alvo:** As atividades são direcionadas a indivíduos privados de liberdade, condenados ou não, que se encontram na Penitenciária Estadual de Santa Maria e possuem diagnóstico de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, especificamente hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus. **Métodos:** As ações desenvolvidas incluem atendimentos semanais em consultas de enfermagem e nutrição. Durante esses atendimentos, são realizados acolhimentos com escuta qualificada e solicitados exames laboratoriais pertinentes. A nutricionista realiza avaliações antropométricas, anamnese alimentar e oferece aconselhamento nutricional. Após essa etapa, os pacientes são encaminhados para os demais profissionais da equipe. As

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Nutricionista; Penitenciária Estadual de Santa Maria; marlise-soares@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Policial Penal, Penitenciária Estadual de Santa Maria, andre-almeida-pujol@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Policial Penal, Penitenciária Estadual de Santa Maria, adalberto-carvalho@susepe.rs.gov.br

<sup>4</sup> Técnico Superior Penitenciário - Assistente Social; Penitenciária Estadual de Santa Maria; cassia-silveira@susepe.rs.gov.br

<sup>5</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; cristian-colovini@susepe.rs.gov.br

<sup>6</sup> Policial Penal, Penitenciária Estadual de Santa Maria, jader-dias@susepe.rs.gov.br

<sup>7</sup> Técnico Superior Penitenciário/Terapeuta Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; mircele-silva@susepe.rs.gov.br

ações são conduzidas pela Equipe de Atenção Primária Prisional da Unidade Básica de Saúde, composta por enfermeiro, nutricionista, assistente social, psicólogo, farmacêutico, dentista e médico. A abordagem multidisciplinar visa proporcionar um cuidado integral, considerando os aspectos físicos, emocionais e os determinantes sociais dos pacientes. Para aumentar a adesão ao tratamento, estratégias de educação em saúde e suporte contínuo são implementadas. O atendimento é ajustado de acordo com as necessidades individuais e a evolução dos quadros clínicos. Resultados: As intervenções realizadas resultaram em uma maior conscientização dos pacientes, bem como uma adesão mais significativa ao tratamento medicamentoso e à terapia nutricional. A abordagem multidisciplinar mostrou-se essencial para oferecer um cuidado integral e eficaz, refletindo a complexidade do ambiente prisional e das condições de saúde dos usuários. Cada paciente recebeu um plano de cuidado individualizado, abrangendo intervenções diversas, como ajustes na medicação, suporte psicológico e orientação nutricional, os quais foram monitorados e ajustados, conforme a evolução do quadro clínico. A partir de acompanhamento dos prontuários de saúde dos usuários, percebeu-se melhoria nas condições de saúde na hipertensão e diabetes. Conclusão: As ações propostas e desenvolvidas permitiram monitorar a saúde das pessoas privadas de liberdade e conscientizá-las sobre os cuidados necessários em casos de diabetes e hipertensão. O acompanhamento multidisciplinar de pacientes com doenças crônicas, na casa prisional, demonstra a importância de um cuidado integrado e adaptado às condições do ambiente prisional. A abordagem contínua e personalizada contribui para a melhoria da saúde dos internos e a prevenção de complicações associadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

## ações de acolhimento no contexto prisional: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Cássia Cilene Saldanha da Silveira<sup>1</sup>  
Adalberto Millani Carvalho<sup>2</sup>  
André Almeida Pujol<sup>3</sup>  
Cristian Ericksson Colovini<sup>4</sup>  
Jader Ricardo Dias Gonçalves<sup>5</sup>  
Marlise Bortoluzzi Soares<sup>6</sup>  
Mircele Massirer Rodrigues da Silva<sup>7</sup>

**Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo descrever as ações de acolhimento implementadas na Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) no âmbito da Atenção Primária à Saúde. **Justificativa:** A Unidade Básica de Saúde Prisional, situada na PESM, foi estruturada conforme as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), reforçando a necessidade de ações eficazes de acolhimento e atendimento. Tais ações são fundamentadas nos princípios do Sistema Único de Saúde, e visam garantir a universalidade, integralidade e equidade no acesso à saúde, assegurando o direito à saúde de uma população vulnerável. **Público-alvo:** O público-alvo das ações de acolhimento são as pessoas privadas de liberdade, abrangendo atualmente uma população de aproximadamente 1.010 indivíduos na PESM. **Métodos:** As ações de acolhimento na PESM são realizadas por uma equipe multiprofissional formada por profissionais das áreas de enfermagem, serviço social, psicologia, nutrição, farmácia, medicina, terapia ocupacional e odontologia. As principais estratégias adotadas são a “Porta de Entrada” e a “Chamada Aleatória”: 1) Porta de Entrada: Essa estratégia é destinada aos indivíduos recém- ingressados na unidade prisional, consistindo em uma entrevista de acolhimento abrangente, que coleta dados socioeconômicos, antropométricos e histórico de saúde, incluindo saúde mental, odontológica e status vacinal. A entrevista também aborda outras questões, como acerca de orientação se-

---

<sup>1</sup> Técnico Superior Penitenciário - Assistente Social; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cassia-silveira@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail adalberto-carvalho@susepe.rs.gov.br

<sup>3</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail andre-almeida-pujol@susepe.rs.gov.br

<sup>4</sup> Técnico Superior Penitenciário - Psicólogo; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail cristian-colovini@susepe.rs.gov.br

<sup>5</sup> Policial Penal; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail jader-dias@susepe.rs.gov.br

<sup>6</sup> Técnico Superior Penitenciário - Nutricionista; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail marlise-soares@susepe.rs.gov.br

<sup>7</sup> Técnico Superior Penitenciário - Terap. Ocupacional; Penitenciária Estadual de Santa Maria; e-mail mircele-silva@susepe.rs.gov.br

xual, identidade de gênero e autoidentificação étnico-racial. Após a entrevista, são oferecidos testes rápidos para a detecção de infecções como HIV, sífilis e hepatites B e C. Com base nas informações coletadas, são realizados os encaminhamentos necessários. 2) Chamada Aleatória: Essa abordagem consiste em uma busca ativa para acesso a cuidados em saúde, ofertada às pessoas privadas de liberdade que não solicitaram atendimento recentemente ou àquelas que estão há muito tempo sem acompanhamento em saúde. Nessa estratégia, é realizada uma entrevista ampla, escuta sensível e demais elementos utilizados na porta de entrada, incluindo oferta de testes rápidos para hepatites e outras infecções sexualmente transmissíveis. A partir da identificação das demandas, são realizados encaminhamentos e a vinculação a estratégias de cuidado. A referida ação busca desenvolver ações de promoção, prevenção de agravos e fortalecimento da rede de atenção à saúde. Resultados: Os resultados indicam que a estratégia “Porta de Entrada” tem se mostrado eficaz na prevenção de agravos à saúde, permitindo a identificação precoce de condições que requerem atenção imediata, como o uso de medicamentos contínuos, problemas odontológicos e questões relacionadas à saúde mental, como a dependência química. Já a “Chamada Aleatória” tem se demonstrado crucial para garantir o acesso aos cuidados de saúde para aqueles que, por desinformação ou outros impedimentos, não buscaram atendimento anteriormente. Essa estratégia revelou casos significativos, como a identificação de pacientes que nunca realizaram atendimento odontológico ou que não recebiam qualquer atendimento de saúde há décadas. Conclusão: As estratégias de acolhimento implementadas na PESH têm demonstrado serem essenciais para assegurar uma assistência à saúde efetiva e preventiva, desempenhando relevante papel na humanização do cuidado e na ampliação do acesso à saúde dentro do sistema prisional.

## O TRABALHO PRISIONAL EM APOIO AO MUNICÍPIO DE PELOTAS DURANTE A ENCHENTE DE 2024

Letícia Freitas<sup>1</sup>  
Igor Falcão<sup>2</sup>  
Raquel Borges<sup>3</sup>  
Cleudson Vinhas<sup>4</sup>  
Filipe Capeletti<sup>5</sup>  
Claudia Francisco<sup>6</sup>  
Lissandra Kasper<sup>7</sup>  
Clarissa Ribeiro<sup>8</sup>

1. Contexto e Justificativa: O presente projeto visa apresentar à comunidade acadêmica, aos servidores penitenciários e à sociedade em geral, o trabalho desenvolvido por meio do uso de Mão de Obra Prisional na cidade de Pelotas durante a enchente de 2024 e os desafios e oportunidades encontrados diariamente pelas equipes de trabalho do município. Diante das crescentes demandas de trabalho acometidas durante a crise climática, se fez fundamental o trabalho desenvolvido pelos presos do regime semiaberto com uso de tornozeleira eletrônica.

2. Objetivos do Projeto: O principal objetivo deste projeto é listar as ações realizadas pelos monitorados em apoio a Defesa Civil e as Secretarias do Município de Pelotas a partir do mês de maio, as quais se deram com o trabalho de prevenção de inundação de áreas de riscos, resgate de famílias, montagem de abrigos temporários (pessoas e animais), triagem de doações, limpeza urbana, manutenção de espaços comuns e obras.

3. Importância do trabalho prisional: O trabalho prisional durante enchentes pode envolver diversas funções e responsabilidades, dependendo da gravidade da situação do local afetado. O auxílio realizado a Defesa Civil e as secretarias municipais, de Serviços Urbanos, de Assistência Social, de Qualidade Ambiental e de Obras, com o empacotamento de sacos de areia para contenção das águas, construção de barreiras, diques e outras tarefas que auxiliaram na proteção de áreas vulneráveis foi de suma importância ao município, além de apoio no resgate de famílias e de animais que se encontravam em zonas de risco. Também realizaram ações de apoio comunitário, em destaque as montagens de abrigos para acolhimentos de famílias, recolhimento de doações e a distribuição de

---

<sup>1</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail leticia-pinho@susepe.rs.gov.br

<sup>2</sup> Assessor Jurídico; Prefeitura de Pelotas; e-mail igorjuridicoadv@gmail.com

<sup>3</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail raquel-borges@susepe.rs.gov.br

<sup>4</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail cleudson-vinhas@susepe.rs.gov.br

<sup>5</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail filipe-capeletti@susepe.rs.gov.br

<sup>6</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail claudia-francisco@susepe.rs.gov.br

<sup>7</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail lissandra-kasper@susepe.rs.gov.br

<sup>8</sup> Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5a DPR; e-mail clarissa-ribeiro@susepe.rs.gov.br

alimentos e itens de primeira necessidade para pessoas afetadas pela enchente. A manutenção do abrigo municipal para Pets e outros animais também foi realizada pela mão de obra prisional. E após as enchentes, foi necessário que os presos ajudassem na limpeza de áreas inundadas, remoção de detritos e outros trabalhos relacionados à recuperação das áreas afetadas que acontecem até os dias atuais, além da desativação dos sete abrigos municipais para a população e um abrigo para animais. 4. Conclusão: Com a implementação deste projeto de boas práticas, almejamos estabelecer um padrão de referência que servirá como modelo para outros municípios utilizarem a mão de obra prisional de maneira ética e segura, respeitando os direitos dos presos e garantindo que as condições de trabalho sejam adequadas e seguras.

## ÍNDICE DE RESUMOS

<b>A</b>	
A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES PRESAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO GAÚCHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRESÍDIO ESTADUAL FEMININO DE RIO PARDO	8
ACESSO À PROFISSIONALIZAÇÃO NA 5ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	9
AÇÕES DE ACOLHIMENTO NO CONTEXTO PRISIONAL: EXPERIÊNCIAS E ABORDAGENS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	58
AÇÕES DE TRATAMENTO PENAL E A INTERSETORIALIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL	31
ANÁLISE DA TIPOLOGIA FAMILIAR COMO UM ASPECTO CONTRIBUINTE AO DESENVOLVIMENTO DA CONDUTA ANTISSOCIAL	17
AVALIAÇÃO DE ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E CRIMINALIDADE	15
<b>C</b>	
CAMINHOS DE LIBERDADE: A EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA “ESCOLA DO MANICÔMIO” NO INSTITUTO PSIQUIÁTRICO FORENSE	23
CINE AfeTo e Afins: EDUCAÇÃO PRISIONAL E SUAS INTERFACES	42
CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NOS PRESÍDIOS ESTADUAIS DE CERRO LARGO E SANTO CRISTO	35
<b>D</b>	
DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS EM ESFERA PENAL	13
<b>E</b>	
ENTRE GRADES E AFETOS: ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA MATERNIDADE NO CÁRCERE	21
ENTRELAÇAMENTOS ENTRE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES APRISIONADAS: DAR A PALAVRA, AGUÇAR A ESCUTA	38
<b>G</b>	
GINÁSTICA LABORAL E SAÚDE MENTAL	52
<b>I</b>	
IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS CIRCULARES NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CAMAQUÃ	37

<b>J</b>		
	"JOVEM APRENDIZ" E EXPANSÃO DAS SALAS DE APRENDIZAGEM NO COMPLEXO PRISIONAL DE CANOAS	<b>48</b>
<b>M</b>		
	MÃES ENCARCERADAS: A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE E DO RELACIONAMENTO MÃE-FILHO NO CÁRCERE	<b>19</b>
<b>O</b>		
	O ATENDIMENTO AO SERVIDOR PENITENCIÁRIO NO RS: UMA HISTÓRIA DE MAIS DE 20 ANOS	<b>50</b>
	O IMPACTO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS PENAIS DO RIO GRANDE DO SUL	<b>25</b>
	O PERFIL DE PACIENTES ATENDIDOS NA SASS DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO RS	<b>54</b>
	O TRABALHO PRISIONAL EM APOIO AO MUNICÍPIO DE PELOTAS DURANTE A ENCHENTE DE 2024	<b>60</b>
	OS CÍRCULOS E AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA PASTORAL CARCERÁRIA NA AMBIÊNCIA PRISIONAL	<b>33</b>
	"OS GURIS DA FACULDADE": ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA, NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS	<b>46</b>
<b>P</b>		
	PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM BARBEARIA: SEGUINDO TENDÊNCIAS E CRIANDO POSSIBILIDADES	<b>40</b>
<b>Q</b>		
	QUALIDADE DE VIDA PERCEBIDA POR SERVIDORES DA POLÍCIA PENAL DO RIO GRANDE DO SUL	<b>27</b>
<b>R</b>		
	REMIÇÃO PELA LEITURA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E RESSOCIALIZAÇÃO	<b>44</b>
	ROSMARINUS OFFICINALIS NA REDUÇÃO DE SINTOMAS DE TRANSTORNO MENTAL COMUM EM PESSOAS PRESAS E SERVIDORES	<b>11</b>
<b>S</b>		
	SAÚDE PRISIONAL: ATENDIMENTO ÀS DOENÇAS CRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO	<b>56</b>

## ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES DE RESUMOS

### A

Adalberto Millani Carvalho - 31; 42; 44;  
56; 58  
Aline Bittencourt Viegas - 52  
Ana Luísa Costa Veleda - 38  
Ana Paula Buligon Zalameña - 50  
André Almeida Pujol - 56; 58

### B

Bruna Corrêa Tillmann Navroski - 48  
Bruno Rotta Almeida - 9

### C

Caroline Claro Debus - 48  
Cássia Cilene Saldanha da Silveira - 31;  
42; 44; 56; 58  
Clarissa Ribeiro - 60  
Claudia Adamoli Marini - 33  
Claudia Francisco - 60  
Cleudson Vinhas - 60  
Cristian Ericksson Colovini - 31; 40; 42; 44;  
56; 58  
Cristina Saling Kruehl - 19; 21

### D

Daiane Kist Back - 25; 27  
Dulciana Caroline Araujo - 48

### F

Filipe Capeletti - 60

### G

Gabriela Pereira Di Muro - 46  
Gustavo Pedro Polese - 48

### I

Iana Patrícia Pandolfo - 35  
Igor Falcão - 60

### J

Jader Ricardo Dias Gonçalves - 31; 42; 44;  
56; 58  
Jardélia Rodrigues de Sá - 23  
Jorge Vinicius Moura de Souza - 37; 50; 52  
Júlia Thaís Berlt - 8  
Juniélen Costa Veleda Gomes - 38

### K

Karine Müller Dutra - 35

### L

Letícia Freitas - 60  
Lia Gonçalves Possuelo - 25; 27  
Lissandra Kasper - 60  
Luismar da Rosa Model - 54  
Lutiana Ricaldi da Rosa - 50; 54

### M

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth - 13  
Márcia Elisa Jager - 15; 17  
Marcus Alan de Melo Gomes - 13  
Mareli Rodrigues de Moraes - 40  
Mariana Chini - 13  
Marlise Bortoluzzi Soares - 31; 42; 44; 56; 58  
Mircele Massirer Rodrigues da Silva - 31;  
40; 42; 44; 56; 58

### N

Nenguirú Lucas Martins - 25  
Nicole Oliveira Alves - 15, 17

### P

Pablo Borges de Moura - 27; 50  
Paola Cristina Fruhauf Molina - 50  
Patricia Silva Vieira da Cunha - 37; 50; 52  
Paula Teixeira de Almeida - 50

**R**

Rafaela Beltrami Moreira - 9  
Raquel Borges - 60  
Rosemary Silva da Silveira - 50

**S**

Shirlei Sztormowski - 11; 35  
Silvio Erasmo Souza da Silva - 8

**S (cont.)**

Suélien Flôres Machado - 19; 21

**T**

Tania Regina Armani Nery - 50

**V**

Viviane Rita Camargo De Aquino - 33

